

# MAIÊUTICA DE SERVIÇO SOCIAL



**UNIASSELVI**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI**

Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito

89084-405 - INDIAL/SC

www.uniassevi.com.br

## **REVISTA MAIÊUTICA**

Maiêutica de Serviço Social

**UNIASSELVI 2019**

**Presidente do Grupo UNIASSELVI**

Prof. Pedro Jorge Guterres Quintans Graça

**Reitor da UNIASSELVI**

Prof. Hermínio Kloch

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial**

Prof. Antonio Roberto Rodrigues Abatepaulo

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância**

Prof.<sup>a</sup> Francieli Stano Torres

**Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância**

Prof. Érico Coelho Ribeiro

**Pró-Reitor de Pós-Graduação**

Prof. Carlos Fabiano Fistarol

**Editor da Revista Maiêutica**

Prof. Luis Augusto Ebert

**Comissão Científica**

Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia Hoffmann Pieritz (Org.)

Prof.<sup>a</sup> Ana Célia Teixeira de Carvalho Schneider

Prof.<sup>a</sup> Ana Claudia Moser

Prof. Carlos Odilon da Costa

Prof. Everaldo da Silva

Prof.<sup>a</sup> Joelma Crista Sandri Bonetti

Prof.<sup>a</sup> Neusa Mendonça Franzmann

Prof.<sup>a</sup> Rafaela Westphal

Prof.<sup>a</sup> Rosy Weiduschath Da Silva

**Editores e Diagramação**

Matheus Cristi

**Capa**

Cleo Schirmann

**Revisão Final**

Juciane Roberti

Joice Nardelli

**Publicação On-line**

**Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci**

# Apresentação

---

Pautando-se na Missão Institucional da Uniasselvi, em “Ser a melhor solução de educação para a construção da sua própria história”, e em comemoração aos 10 anos do primeiro Edital do Curso em epígrafe a Revista Maiêutica do Curso de Serviço Social de 2018, buscou-se demonstrar em suas temáticas a vivência teórica e a prática que fora consolidada nos estudos correlacionados com a atuação profissional do assistente social, em que proporcionará ao leitor uma noção real e concreta do âmbito do mundo do trabalho do profissional formado em Serviço Social.

Uma vez que, seus autores compreendem o sentido da visão do Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi, que é “Ser líder nas regiões onde atua, referência de ensino para a melhoria de vida dos nossos alunos, com rentabilidade e reconhecimento de todos os públicos”.

E, esta questão “de ser referência de ensino” está estampada em cada linha escrita, em cada momento de estudo e pesquisa, pois buscam constantemente mecanismos e estratégias de melhoria da vida do discente e, conseqüentemente, da melhor qualificação profissional para os assistentes sociais formados por esta IES, consagrando, assim, seu reconhecimento no mercado onde desenvolve sua prática profissional.

Assim, pautados nos valores institucionais da ética, do respeito, da valorização do conhecimento, da vocação para ensinar, com atitudes de dono, simplicidade, colaboração e foco nos resultados, todos os atores pedagógicos da Uniasselvi angariam pelo fruto do seu trabalho e dedicação, seu espaço ao sol, seu reconhecimento perante a sociedade em que vivem e convivem, e deixam seu legado para as futuras gerações.

Sinto-me orgulhosa em poder apresentar nesta obra, que já é a quinta edição da supracitada revista, assuntos correlacionados à contribuição do Serviço Social na unidade básica de saúde, na responsabilidade empresarial, nas organizações populares ou de base voluntária, nos direitos da pessoa idosa e a política de humanização, na educação, no terceiro setor, como também será abordado em alguns artigos a questão da instrumentalidade técnico-operativa, em que será tratado sobre a documentação técnica do assistente social, tais como relatórios, laudos e pareceres.

Vale salientar que nesta revista também serão abordados assuntos correlacionados aos aspectos históricos da profissão, como também os desafios do assistente social face à educação inclusiva, a família e a referência no desenvolvimento humano social da criança, o coaching e a violência contra a mulher.

Outro aspecto atual para os profissionais do Serviço Social, é a questão da vigilância socioassistencial, que vem ganhando destaque em todo o território brasileiro nos últimos tempos, já que todos os municípios e estados federativos do Brasil possuem por meta implantar um sistema de vigilância socioassistencial, para assim poder compreender a realidade brasileira e seus gaps sociais.

Convido-lhes a navegar por estas inúmeras discussões relativas ao campo de atuação profissional do assistente social!

Boa leitura!

**Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia Hoffmann Pieritz**  
**CRESS N° 4016 da 12<sup>a</sup> Região**  
**Coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social**  
**UNIASSELVI – NEAD**





## SUMÁRIO

### **A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: análise sobre a evasão escolar – Social worker intervention in education: school dropout analysis**

Benevaldo Lima dos Santos

Cleidiane da Silva Santos

Creuza de Sousa Almeida

Daisy Maria Ferro Araújo

Rita dos Santos Amaral Sampaio ..... 7

### **A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NOS TEMAS ATUAIS:**

#### **a violência contra a mulher – The professional intervention in the current subjects: the violence against the woman**

Aline Souza Machado

Claudia Lúcia Pianta

Cleide Aparecida de Carvalho

Franciny Marques da Silva Batista

Rosângela Cavalcanti

Camargo Tingo

Soraia Domingues Lobo Mário de Freitas ..... 17

### **JOVEM APRENDIZ – Young apprentice**

Alessandra Moreira Mello

Emanuele da Cruz Santos

Marcelle dos Santos Silva Carneiro

Márcia Elisa Guimarães Soares

Maria Judite Ludwig ..... 29

### **LEI 8.662/93 DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL – Regulation of social work career**

Ana Paula Reginato Bocalon

Gisele Nascimento Costa Constantino

Patrícia de Souza Antunes

Sonia Silva de Oliveira Schilickmann

Geysa Nunes de Souza Tártari ..... 35

### **GESTÃO, DIMENSÕES E APLICABILIDADE TÉCNICA – OPERATIVA:**

#### **instrumentos processo de trabalho do assistente social na saúde mental – Management, dimensions and technical – operational applicability: instruments social assistant work process in mental health**

Maria de Nazaré Dias Queiroz

Michelle Sousa Gomes

Ronildo da Costa Corrêa

Valéria Costa de Mendonça ..... 41



# A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: análise sobre a evasão escolar

## Social worker intervention in education: school dropout analysis

Benevaldo Lima dos Santos<sup>1</sup>  
Cleidiane da Silva Santos<sup>1</sup>  
Creuza de Sousa Almeida<sup>1</sup>  
Daisy Maria Ferro Araújo<sup>1</sup>  
Rita dos Santos Amaral Sampaio<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho objetiva analisar a evasão escolar na educação e a intervenção do assistente social na escola. Será explanado sobre a importância, os desafios e as possibilidades de inserção do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional, com base nos indicadores educacionais do Brasil. Em seguida, será analisada a evasão escolar a partir da pesquisa de campo, cujo objetivo foi compreender de forma simples e prática a relevância do assistente social atuante na educação. A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede estadual de São Luís – MA. As questões sobre a educação pública no Maranhão trazem os reflexos da aterrorizante desigualdade social provocada pelo sistema capitalista. Tal entendimento nos faz refletir como se dá a intervenção do assistente social na área educacional. Para tanto, na primeira etapa da tarefa foi abordado o contexto dos dias atuais, referenciando os rebatimentos que as diversas circunstâncias históricas impuseram ao processo educacional, ocasionando mudanças que entusiasmaram na forma que a condução da educação é feita no Maranhão, os pressupostos neoliberais que passam a orientar as ações do governo articularam um processo de desconstrução dos direitos adquiridos, fato que impactou de forma geral não só no estado atual, mas no contexto brasileiro o sistema de ensino público.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Assistente Social. Escola pública.

**Abstract:** The present paper aims to analyze school dropout in education and the intervention of the Social Assistant in school. It will be explained about the importance, the challenges and the possibilities of insertion of the Social Assistant in this socio-occupational space, based on the educational indicators of Brasil. Next, we will analyze the school dropout from the field research, whose objective was to understand in a simple and practical way the relevance of the Social Assistant working in education. The research was carried out in a public school of the state network of São Luís-MA. The questions about public education in Maranhão bring the reflections of the terrifying social inequality provoked by the capitalist system. Such an understanding makes us reflect on how the Social Assistant intervention in the educational area occurs. In the first stage of the task, the context of the present day was approached, referring to the refutations that the various historical circumstances imposed on the educational process, causing changes that excited the way education is conducted in Maranhão, the neoliberal presuppositions that pass to guide the actions of the government articulated a process of deconstruction of acquired rights, a fact that generally impacted not only in the current state, but in the Brasil context the public education system.

Keywords: School Evasion. Social Assistant. Public school.

## Introdução

Ao analisar o Ambiente da Educação, é preciso considerar que a escola é um ambiente de ensino, aprendizagem e experiência de valores. Na escola, os alunos se socializam, brincam e conhecem a convivência com a diferença. O respeito, a amizade, a alegria, a solidariedade, o estudo, o exercício dos deveres e os direitos são práticas que a seguram a socialização e a convivência e restabelecem a consideração de cidadania, fortalecendo a equidade entre todos os indivíduos.

No Maranhão, os indicadores sociais na educação habitam-se em uma alteração atual, contudo, torna-se cada vez mais visível a sua importância para o processo de gestão. O emprego de indicadores sociais apresenta-se indispensável, uma vez que é abordado como instrumento operacional

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC. Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

para o rastreamento da realidade social, para conclusão de formulação e reformulação de políticas públicas que auxilia nos afazeres de planejamento, reposição, execução, avaliação dos programas, projetos e sobre tudo, os serviços sociais.

Os indicadores sociais nos proporcionam informações consideráveis, que admitem a avaliação de nossos trabalhos de forma clara e precisa, onde estamos e de que forma iremos seguir com relação à importância e alcance dos objetivos previamente encontrados em dados. Por conseguinte, o serviço social está inserido no campo das ciências sociais e humanas como curso profissional direcionado a intervir na realidade humano-social e produzir efeitos na sua total realidade.

O Serviço Social por meio do seu trabalho de intervenção objetiva produzir estas transformações. Esta intervenção caracteriza-se por um anexo de procedimentos metodológicos, baseado num processo de amparo psicossocial, desenvolvendo o bate-papo, a partir do momento em que ocorrem transformações pertinentes à experiência humana.

O tema escolhido para realizar o paper partiu da importância em pesquisar os indicadores sociais na educação e o papel do assistente social. Será estudada a intervenção do assistente social na educação realizando uma análise nos indicadores sociais, no caso, a evasão escolar.

O objetivo desta pesquisa de campo foi ter o conhecimento das causas que motivaram esses alunos a se evadirem da escola, ter o conhecimento do ambiente escolar e de entender o conjunto de indicadores de evasão, que só cresce substancialmente. Essa é uma situação em que o poder público deixa passar e que nos faz pensar onde está a obrigação do Estado em promover a educação sobre os direitos constitucionais do nosso país.

A metodologia usada foi pesquisa de campo e bibliográfica. As fontes de pesquisa foram: livros, sites e artigos. O local da realização foi à escola Centro de Ensino Médio Bernardo Coelho de Almeida, localizada atualmente na antiga sede da Unidade de Ensino Raimundo Correia, à Rua Rio Branco, centro de São Luís. O objeto de análise foi analisar a evasão escolar nesta unidade de ensino e a atuação do assistente social nessa situação, os passos utilizados para a realização do trabalho foram: pesquisa de campo e observação da atuação da assistente social.

### **Fundamentações teórica**

No estudo dessa investigação social foram analisados os principais fatores que levam os estudantes a evadirem de seus estudos antes do final previsto para conclusão das disciplinas. Procuramos, dentro do possível, analisar o perfil dos alunos evadidos e os motivos mais frequentes que colaboraram para a evasão, construindo de forma coletiva com os colegas da equipe, propostas de combate à evasão. Assim, buscamos pesquisar temas que abordam o assunto discutido e, encontramos alguns pesquisadores que falaram a respeito deste mesmo assunto.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases na educação: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Portanto, conforme as considerações de Oliveira e Aquino sobre a evasão escolar: nesse contexto, as prováveis causas do fracasso escolar evidenciam que os fatores estão ligados aos alunos, como: sua motivação, suas capacidades, ou sua herança genética são decisivas. Outros pontos de vista atribuíram com ênfase, sobretudo aos fatores sociais e culturais. O fator de que as classes socialmente desfavorecidas exibam uma porcentagem superior de fracasso reforça tal posição (OLIVEIRA, 2001; BRASIL, 2006; AQUINO, 1997).

Foram essas as bases para a fundamentação teórica desse trabalho. No entanto, nos últimos tempos, esses relatos retratam outras particularidades: a confusão sobre a legitimidade do fracasso escolar, que é direcionada para a cultura social e política, dissipadora e excludente.

## Materiais e métodos

Os materiais e métodos usados na pesquisa sobre indicadores sociais na educação e a atuação do assistente social foi um pesquisa de campo com uso de anotações e livros, artigos e pesquisa em sites e entrevista com um profissional.

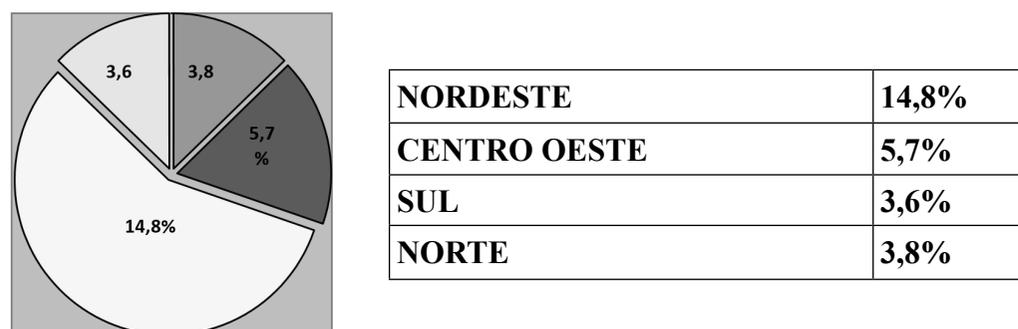
Os procedimentos metodológicos utilizados no decorrer da pesquisa foram importantes para direcionar os estudos. A pesquisa está inserida na abordagem qualitativa. Os critérios para a escolha do objeto de pesquisa e os sujeitos foram por atender as necessidades da temática. A escola onde ocorreu a pesquisa, segundo informações da assistente social — que atua na rede estadual de educação, prestando os seus serviços nas escolas estaduais localizadas na região central de São Luís — afirma que esta instituição de ensino vem apresentando grande evasão de alunos que estudam, principalmente no turno noturno. Por a evasão escolar ser um critério e indicador social na educação, optamos utilizar essa escola como o objeto de estudo.

As etapas realizadas na condução da pesquisa foram: apresentação na escola, agendamento de visitas com a gestora da escola e, agendamento na secretaria estadual de educação para entrevista com a assistente social que presta serviços nas escolas da região central de São Luís. Em seguida, após a coleta dos dados e demais informações realizou-se uma análise nos conteúdos coletados. A pesquisa foi realizada no período de 26 de março a 5 de abril.

## Resultados e discussão

Neste capítulo, discutiremos o processo de analfabetismo por consequência da evasão escolar de acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), tomando como referência seus documentos projetos dos cursos, planejamentos de ensino e instrumentos avaliativos de pesquisa junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tomaram por base um gráfico referente ao analfabetismo.

Gráfico 1. Índice de analfabetismo no Brasil.



Fonte: PNAD (2016).

Pelo que vimos, o nordeste concentra o maior número de analfabetos no país, cerca de 14,8% do total de analfabetos do Brasil, segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo realizado em 2016 aponta que 12,9 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade não sabem ler nem escrever. Destes, 6,8 milhões estão na região Nordeste, que tem taxa de analfabetismo de 14,8%, quase o dobro da média nacional do país, de 8,6%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016. O estudo investiga dados sobre população, migração, educação, emprego, família, domicílios e rendimento (DADOS DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 2016).

---

## **A importância, os desafios e as possibilidades de inserção do assistente social na educação**

Por meio das fragilidades em que as escolas brasileiras têm vivenciado, faz-se necessário que o Estado formule políticas de intervenção para que hajam melhorias na educação. As melhorias devem ser direcionadas não somente ao ensino, mas de uma forma ampla para mostrar a real proposta para a educação dos alunos e, o que eles estão aprendendo. Na presença de dificuldades de aprendizado, devemos analisar quais são os motivos e como podemos intervir para que tal problema seja solucionado.

No presente cenário do país, percebemos que muitos atos que violam os direitos de crianças e adolescentes têm passado por despercebidos, pois estão logo abaixo de nossos pés e muitos não são analisados porque não há um olhar investigativo do profissional para acatar a esta demanda. Assim, entendemos que o Assistente Social, enquanto profissional de prontidão para trabalhar com as mais e diversas expressões da questão social pode exercer sua profissão no espaço escolar.

O assistente social é um profissional que atua nas mais variadas questões sociais e, na educação não será diferente, pois, este profissional irá contribuir para o fortalecimento da gestão escolar, garantindo o direito à educação e a formação de cidadãos. A profissão é responsável por entrelaçar os laços familiares junto à escola, trazendo temáticas preventivas sobre: violência, alcoolismo, drogas e gravidez na adolescência, em que podem ser realizadas oficinas para fortalecer a gestão democrática e participativa para que todos tenham acesso e que os envolvidos tenham autonomia e cidadania.

A educação que estamos recebendo está defasada, por isso necessita ser traçada uma nova estratégia para melhorar o desempenho das instituições, tutores, discentes e todos os demais que estão unidos nesse ciclo da gestão escolar, sendo que todos precisam olhar as necessidades das pendências que uma escola pública tem, por falta de preparo, estruturas e as desigualdades sociais que existem. Nesse ponto, o assistente social inserido no convívio escolar mudará o cenário envolvendo todos os sujeitos na construção de uma nova política educacional para que atenda às novas demandas.

O programa Educação Para Todos está baseado primeiramente na premissa que a educação, além de ser um direito universal, é a tecla do incremento humano e é deste modo que a sua oferta é responsabilidade do Estado. O Brasil está inserido nesse projeto e, atualmente, há o projeto de Metas Compromisso Todos pela Educação que é o ajuntamento dos esforços do governo em todos os níveis, da cooperação das famílias e da sociedade em captação da melhoria da qualidade do ensino. Há, assim, a necessidade de existir indicadores cada vez mais planejados e específicos para aferir o avanço, ou não, da implementação de efeitos das políticas educacionais (LDB, 2016).

As observações brasileiras apontam dados referentes às taxas de matrícula, ingresso, escolarização, frequência, repetência, sobrevivência/aprovação, qualificação de professores e gestores, no financiamento do ensino, há uma comparação de dados entre diferentes faixas de renda, o número de alunos por docente, relação entre trabalho e frequência, dentre vários outros critérios.

É crucial a implementação desses indicadores sociais, uma vez que fornece subsídios autênticos à sociedade e ao Estado para o planejamento de um sistema educacional que legitimamente atenda às demandas da sociedade. Com isso, torna-se possível conhecer de forma mais adequada à realidade brasileira e assim encontrar meios que assegurem efetivamente o respeito à dignidade dos cidadãos brasileiros.

No entanto que diz respeito às crianças e adolescentes, desempenhar pesquisas que auxiliam na implementação de uma política educacional adequada e eficiente, pois os números estatísticos brasileiros demonstram o quanto é delicada a situação social da grande maioria. No que tange à liberdade, dignidade e vida dos pequenos brasileiros não estão apenas sob responsabilidade de suas famílias, mas principalmente nas mãos do Estado uma vez que o Estado tem participação direta na educação.

---

Em 2016, uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD):

No Brasil, 24,8 milhões de pessoas de 14 a 29 anos não frequentavam a escola e não haviam passado por todo ciclo educacional até a conclusão do ensino superior. Desse grupo, 52,3% eram homens e mais da metade deles declararam não estar estudando por conta do trabalho, além de 24,1% não terem interesse em continuar os estudos. Entre as mulheres, 30,5% não estudavam por conta de trabalho, 26,1% por causa de afazeres domésticos ou do cuidado de pessoas e 14,9% por não terem interesse. Esses são alguns destaques do módulo temático da Pnad-Contínua sobre Educação, com dados para 2016. Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (14,8%). No Brasil, em 2016, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,2% (11,8 milhões de analfabetos). Na faixa de 60 anos ou mais de idade, a taxa atingiu 20,4%. A região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (14,8%), quase quatro vezes maior do que as taxas do Sudeste (3,8%) e do Sul (3,6%). Já na região Norte, essa taxa foi de 8,5% e no Centro-Oeste foi 5,7%. A meta 9 do Plano Nacional de Educação para 2015, que previa a redução desse indicador para 6,5%, só foi alcançada para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (DADOS DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 2016)

Devido às mudanças feitas ao longo dos anos, as mesmas informações podem não estar disponíveis todos os anos e/ou podem não terem sido coletadas da mesma maneira. Especificamente, houve uma grande reformulação da pesquisa em 1992, quando as atividades trabalhistas foram redefinidas, juntamente com o próprio questionário, levando a mudanças nos nomes das variáveis.

### **A evasão escolar**

A evasão escolar é um subitem da expressão da questão social, por conseguinte é um estabelecimento com significativa influência na vida das pessoas e da sociedade. As crianças, desde muito pequenas, os jovens e adolescentes vivem num longo período de suas vidas dentro de salas de uma instituição escolar, para onde levam as perspectivas, as ingenuidades, as carências, as curiosidades e as esperanças, de conhecer o mundo e se incluir nele.

Com certeza, podemos afirmar que a escola é um espaço social caracterizado pela apresentação de situações diversas demonstrado pelo modo de vida como sociedade, como nos obstáculos e barreiras do dia a dia no cotidiano escolar. A evasão escolar historicamente perpassa pelas discussões, reflexões e os debates no âmbito da educação, por vez que, até os dias atuais, essa temática tem sido evidente como uma manifestação da questão social pela população capitalista brasileira.

Em virtude de pressupostos dessa natureza, debates a respeito deste mesmo quesito, que a evasão escolar tem tomado direções diferentes no caso do dever da família, da escola e do Estado para a permanência do aluno, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96: “Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Observamos que a educação não tem sido completa para todos os cidadãos, pelas quais uma grande maioria, por alguns motivos ou fatores não consolidam o acesso ao direito de concluir os níveis mínimos de escolaridade, caracterizando, no entanto, os significantes índices de evasão e repetência escolar.

Figura 1. Ensino público.



Fonte: <<http://bit.ly/2kT0RqC>>. Acesso em: 13 set. 2019.

Pelo que podemos observar, a mãe é desacreditada com a educação que ela mesma não teve a oportunidade (ou teve e não usufruiu por algum motivo), pois, tenta impedir que o filho tenha a oportunidade de estudar. Nesse contexto, ela pode pensar que para chegarmos em algum lugar ou sermos bem sucedidos, o único meio é o trabalho ou ter “nascido em berço de ouro”, sendo a educação apenas um sonho. Assim, ela dá a continuidade no processo de mais uma criança fora da sala de aula.

A evasão escolar como uma extraordinária expressão da questão social, pois a interrupção do aluno na sua caminhada escolar gera uma série de danos tanto para sociedade civil como para si mesmo, pois no futuro se tornará um trabalhador sem emprego e sem qualificação, e dificilmente conseguirá um trabalho e se consegui-lo será mal remunerado e ficará sempre a mercê do desemprego e do trabalho forçado, desta forma, reproduzindo esse modelo em um ciclo vicioso perpassando de geração para geração.

Figura 2. Trabalho forçado.



Fonte: <<http://bit.ly/2kjlv1M>>. Acesso em: 13 set. 2019.

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

---

Ocorrerá um impacto negativo nos objetivos pessoais, políticos, sociais e econômicos por consequência da evasão. É um impacto profundo e irreparável, pois não temos como voltar ao passado na condição de sujeito desses jovens e crianças que perderam a oportunidade de aprender quando jovens, contudo, cada pessoa deve ser sujeito de sua vida, e a falta de acesso a educação debilita os horizontes, pessoas e o próprio país não cresce. Entende-se que a evasão escolar nada mais é do que um espelho nitidamente insuperável que ainda perpetua na realidade escolar nos dias atuais.

Há vários estudos sobre o assunto, contribuições e avanços, no entanto, é uma realidade ainda muito atual. A evasão escolar se dá pelo afastamento do aluno à escola e, este acontece por vários fatores, sendo assim, temos alguns deles: falta de vagas nas escolas; situação econômica da família; distância da escola; meio de transporte; dificuldades de interação entre professor e aluno; gravidez na adolescência; falta de interesse ou cansaço físico por trabalhar para ajudar a família; por falta de incentivo da própria família entre outros (BRASIL, 1996).

Durante muito tempo, o imaginário escolar e docente simulou acolher com muita calma o fracasso escolar demonstrado por aprendizagem ineficiente e evasão escolar como fator social e cultural, se eximindo de toda e qualquer culpabilidade.

No entanto, nos últimos tempos, essa clamaria retrata outra particularidade: a confusão sobre a legitimidade do fracasso escolar direcionada para a cultura social e política, dissipadora e excludente, fato que contribui de certa forma para que os alunos continuem excluídos da sociedade e desistam da escola.

Nesse contexto, as prováveis causas do fracasso escolar evidenciam que os fatores estão ligados aos alunos, como: sua motivação, suas capacidades, ou sua herança genética são decisivas. Outros pontos de vista atribuíram com ênfase, sobretudo aos fatores sociais e culturais. O fator de que as classes socialmente desfavorecidas exibam uma porcentagem superior de fracasso reforça tal posição.

Existem também visões alternativas que situam, em segundo plano, os fatores individuais e sociais e atribui a responsabilidade maior ao próprio sistema educacional, ao funcionamento das escolas e ao estilo de ensino dos professores. Contudo, a consequência do fracasso escolar é o fruto do intercâmbio de três tipos de categorias. Segundo Oliveira (2001), Brasil (2006) e Aquino (1997), são as seguintes:

- **Psicológicos:** referentes a fatores cognitivos e psicoemocionais dos alunos.
- **Socioculturais:** relativos ao contexto social do aluno e as características de sua família.
- **Institucionais:** baseadas na escola, tal como, métodos de ensino inapropriados, currículo e as políticas públicas para a educação.

Conforme associado a esses três fatores, depara-se também com aqueles atrelados à economia e à política, dos quais evidenciam que a ocorrência de baixa autoestima ligada à timidez excessiva e ao sentimento de incapacidade, problema para o ingresso no mercado de trabalho, má qualidade de vida, desqualificação e menosprezo de mão-de-obra, estímulo a violência e prostituição, gravidez precoce, consumo e tráfico de drogas (BRASIL, 2006).

Dessa forma, compreende-se que a maior consequência é a solidificação da desigualdade social, pois defronta as pessoas em uma situação extremamente desprotegida, com dificuldades de saída dessa complicada condição.

Apesar de que tenha precipitações e desconfortos, entrelaçados nesse contexto, deve-se abdicar à relutância tradicional, de indagar cientificamente os fenômenos que originam a evasão escolar, de modo a compreendê-la à luz de estudiosos que procuram clarificar seus determinantes e quais as intervenções necessárias. Diante disso, temos que afirma que apenas os professores

---

presentes pela ciência da educação lograrão sucesso na sua atuação e luta contra esse determinante social, que é a evasão escolar (VASCONCELLOS, 1995).

Nesse contexto, destacamos que é preciso também instrumentalizar o aluno de forma a lutar contra as adversidades que a vida lhe impõe, relacionadas às relações econômicas e históricas. A escola necessária para a classe trabalhadora é aquela que mostra a contradição nas relações entre a classe dominante e os dominados e a condição da negação histórica do saber, imposta pela classe dominante (FRIGOTTO, 1989).

A instrumentalização mencionada está diretamente relacionada ao ensino da leitura, da escrita e ao eficaz ensino de conteúdos nas diversas áreas do conhecimento, em que a educação fomentada no espaço escolar como uma atividade meramente humana e transformadora, implementada no movimento grupal de emancipação (FRIGOTTO, 1989).

Por meio das observações assistemáticas na escola e com base nos depoimentos da assistente social que atua na Rede Estadual de Educação do Maranhão e presta serviço nas escolas da região central de São Luís, verificou-se que a evasão escolar é mais comum no turno noturno, pois muitos adolescentes trabalham durante o período da manhã e tarde e o estudo acaba ficando como segundo plano.

Dessa maneira, estudiosos acreditam que ao evitar a evasão escolar automaticamente está prevenindo situações de violência por meio da criança e do adolescente no futuro, pois ao abandonarem a escola ficam mais vulneráveis socialmente ao mundo externo.

Portanto, a sociedade escolar é representada por intérpretes sociais, ou seja, professores, gestores, por conseguinte, crianças, adolescentes e suas famílias, que são aceitas através de laços sociais, que para o serviço social à rede escolar passará a ser utilizado não só como uma área de aprendizado, mas como um aparelho para a conscientização e viabilização de garantia de direitos dos estudantes, pois os pais e a comunidade veem na medida em que os profissionais que atuam na escola se aproximam dos estudantes, automaticamente estreita-se esse vínculo dos profissionais introduzidos no ambiente escolar com a família dos estudantes.

### **Considerações finais**

Portanto, pelo que podemos observar, a intervenção do assistente social na educação é de extrema importância, uma vez que estudiosos acreditam que ao evitar a evasão escolar praticamente está prevenindo situações de violência por meio da criança e do adolescente no futuro, pois é nessa direção que está pautado o compromisso do assistente social junto ao seu código de ética profissional.

Os indicadores sociais nos proporcionam informações importantes que nos norteiam a respeito de algo que queremos conhecer ou pesquisar, pois, neste trabalho os indicadores foram de grande valia, pois nos proporcionou a conclusão de que as prováveis causas do fracasso escolar evidenciam que os fatores estão ligados aos alunos. Podemos citar que, por exemplo: sua motivação, suas capacidades, ou sua herança genética são decisivas no aprendizado e na evasão.

O fato de que as classes socialmente desfavorecidas exibam uma porcentagem superior de fracasso reforça tal posição, no entanto, existem também visões alternativas que situam, em segundo plano, pois os fatores individuais e sociais atribuem a responsabilidade maior ao próprio sistema educacional no caso o Estado ao funcionamento das escolas e ao estilo de ensino dos professores.

---

Por conseguinte, atribuímos que o Estado tem sua parcela quando falamos que a educação, dever da família e do Estado, pois sem o amparo dele fica impossível a família de classe socialmente desfavorecida cumprir com o seu papel sozinho, ao percebermos que a região nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (14,8%) como citado anteriormente, a nossa atenção se dobrou nesse momento em que devemos trabalhar nossas crianças hoje, para mudar nossa história amanhã.

### **Referências**

AGÊNCIA IBGE. **PNAD Contínua 2016**: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo. Disponível em: <http://bit.ly/2mi-Bm2l>. Acesso em: 9 set. 2019.

AQUINO, Júlio Groppa. O mal-estar na escola contemporânea: **erro e fracasso em questão**. In: Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Alunas e alunos da EJA**. Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989. Indaial: Uniassevi, 2013.

PIERITZ, Vera Lucia Hoffmann. **Ética profissional em serviço social**. Indaial: Uniassevi, 2013.

---

---

# A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NOS TEMAS ATUAIS: a violência contra a mulher

**The professional intervention in the current subjects: the violence against the woman**

Aline Souza Machado<sup>1</sup>  
Claudia Lúcia Pianta<sup>1</sup>  
Cleide Aparecida de Carvalho<sup>1</sup>  
Franciny Marques da Silva Batista<sup>1</sup>  
Rosângela Cavalcanti<sup>1</sup>  
Camargo Tingo<sup>1</sup>  
Soraia Domingues Lobo Mário de Freitas<sup>1</sup>

**Resumo:** Este paper pretende, como objetivo principal, desenvolver um estudo sobre a importância da discussão da seguinte política social: a violência contra a mulher. É preciso debater sobre os casos de homicídio doloso e de violência física através de pesquisas bibliográficas e midiáticas e coletar informações sobre o índice de violência contra a mulher em Campo Grande/MS e no Brasil, entre os anos de 2010 e 2014, com um resultado pertinente. É necessário observar a realidade social apresentada e trazer dados estatísticos. Para o trabalho em questão, é realizada a Prática de Pesquisa Documental, buscando exercitar essa forma de aprendizado e a reflexão sobre a atual situação feminina em nosso território.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Intervenção profissional. Serviço social.

**Abstract:** This paper aims, as its main objective, to develop a study on the importance of discussing the following social policy: violence against women. It is necessary to discuss cases of intentional homicide and physical violence through bibliographic and media research and to collect information on the rate of violence against women in Campo Grande / MS and Brazil, between 2010 and 2014, with a result. relevant. It is necessary to observe the presented social reality and to bring statistical data. For the work in question, the Documentary Research Practice is performed, seeking to exercise this form of learning and reflection on the current female situation in our territory.

Keywords: Violence against the woman. Professional intervention. Social service.

## Introdução

A violência contra a mulher não é um fato recente, mas configura-se como um dos mais graves problemas, sendo um dos maiores desafios sociais dos últimos tempos.

Os nossos objetivos são expor e analisar a incidência da violência contra a mulher em Campo Grande/MS e a atuação da Casa da Mulher Brasileira (CMB), com foco no agir profissional do assistente social. Além disso, é importante refletir sobre os casos de homicídio através de dados estatísticos oriundos de fontes confiáveis e de um estudo sobre a Lei Maria da Penha. Para o trabalho em questão é realizada a Prática de Pesquisa Documental, que busca exercitar essa forma de aprendizado e a reflexão sobre a atual situação feminina em nosso território.

Historicamente, o Serviço Social, enquanto profissão, caminhou paralelamente às conquistas do movimento feminista, porém, apenas recentemente, agregou discussão relativa à problemática da violência contra a mulher.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC. Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

A violência, de um modo geral, repercute nas saúdes individual e coletiva. A Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1993, define violência contra a mulher como qualquer ato de violência de gênero que resulta, ou pode resultar, em violência sexual ou psicológica ou sofrimento físico para as mulheres, incluindo ameaças, coerção ou arbitrária privação de liberdade, em público ou na vida privada (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993, s.p.).

A violência é um fenômeno complexo, multifacetado, que tem em suas raízes a interação de fatores biológicos, sociais, econômicos e políticos. O Ministério da Saúde adota o conceito de violência utilizado pela OMS:

Violência é o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 201-, s.p.).

Devido à situação da violência contra a mulher foi criada a Lei nº 11.340/2006, a fim de reprimir toda forma de violência sofrida por mulheres que, por muitas vezes, tem o companheiro ou ex-companheiro como agressor.

De acordo com o art. 7, são formas de violência contra a mulher:

- I- a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II- a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III- a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV- a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, s. p.).

A Lei Maria da Penha dá um novo direcionamento à política de enfrentamento contra as violências doméstica e familiar no país e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres, contribuindo para a diminuição de ocorrências.

## Referencial teórico/justificativa

O objetivo principal é desenvolver um estudo sobre a importância da discussão da seguinte política social: a violência contra a mulher. Pretende-se, neste paper, discorrer sobre a intervenção profissional junto à violência contra a mulher, propondo aportes teórico-metodológicos e uma política social para a questão.

Acredita-se que a discussão do tema possibilite a compreensão dos fatores que desencadeiam os atos de violência, em especial os casos resultantes em homicídio doloso, além da identificação dos mecanismos de uma relação conjugal conflituosa.

## Metodologia

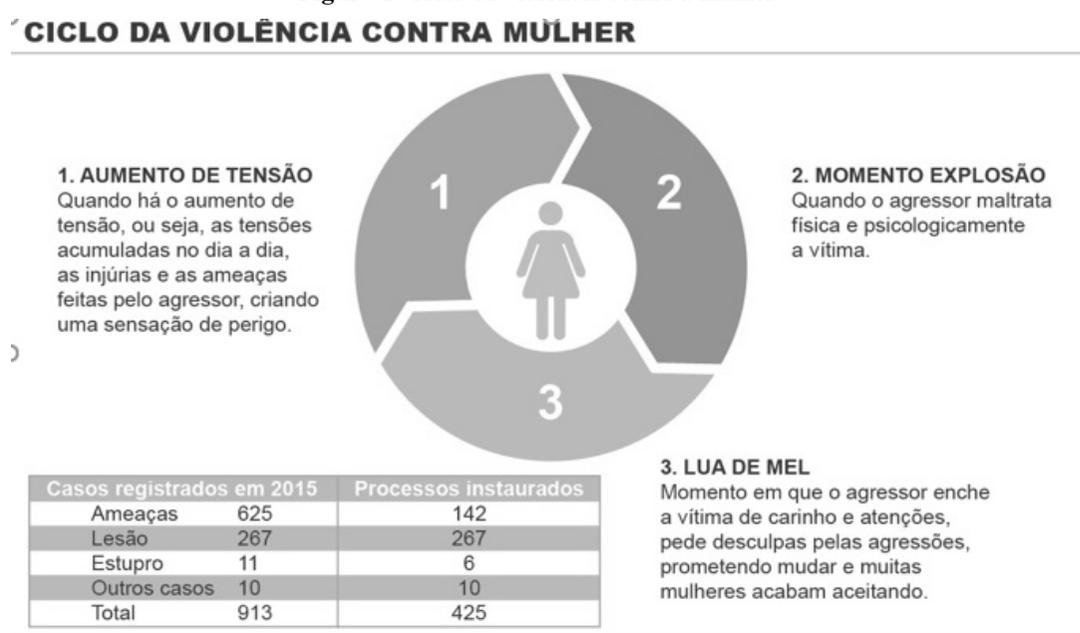
Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter descritivo. A metodologia escolhida para a execução do paper está centrada na realização da Prática de Pesquisa Documental. Serão realizadas pesquisas midiáticas, bibliotecárias, livros, artigos, ações com a finalidade de conhecer a situação da violência contra a mulher e os casos de homicídio doloso no Município de Campo Grande/MS, entre os anos de 2010 e 2014.

## Resultados e discussão

A violência ocorre em três estágios que compõem um ciclo que pode se transformar em vicioso, repetindo-se ao longo dos meses ou anos.

A seguir, é possível observar uma explicação de como acontece o ciclo da violência:

Figura 1. Ciclo da violência contra a mulher.



Fonte: Elaborado pelo autores (2019).

Conforme a figura apresentada, o remorso que o agressor sente eventualmente na fase três vai dando lugar aos pequenos incidentes de agressão que caracterizam a fase um.

Na primeira etapa (tensão) ocorrem agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças e destruição de objetos. Na segunda fase, conhecida por agressão, ocorre a descarga descontrolada de toda tensão acumulada. A vítima é abordada com empurrões, socos e pontapés ou, às vezes, o agressor usa objetos para a prática da agressão. Para finalizar, a reconciliação, tida como a terceira etapa em que o agressor pede perdão e promete mudar de comportamento. É comum que o ciclo se repita com cada vez mais violência e intervalo menor entre as fases. Assim, o ciclo se repete indefinidamente ou, muitas vezes, termina em tragédia, com lesão grave ou assassinato da vítima.

**Figura 2.** Diagnóstico da violência entre os anos de 2006 e 2014.



Fonte: <<http://bit.ly/2ksNX2C>>. Acesso em: 11 set. 2019.

Conforme o diagnóstico de violência e de acordo com os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde no ano de 2014, o estado do Mato Grosso do Sul apresentou uma taxa de 6,3 homicídios por 100 mil mulheres, número superior à taxa média nacional, de 4,6 homicídios. Como acontece na quase totalidade dos estados brasileiros, a violência letal registrada no ano foi maior contra mulheres pretas e pardas.

Entre os anos de 2006 e 2014, a taxa de homicídios de mulheres brancas residentes no estado foi reduzida em 3%, passando de 3,9 a 3,8, e a taxa de homicídios de mulheres pretas e pardas aumentou em 53%, passando de 4,3 a 6,6 homicídios por 100 mil mulheres.

**Figura 3.** Taxas das Unidades Especializadas de Atendimento (UEA) no Mato Grosso do Sul e Brasil.

	UEAs /100 mil	R\$/mulher
Mato Grosso do Sul	2,93	R\$ 14,68
Brasil	1,03	R\$ 4,19

Fonte: <<http://bit.ly/2ksNX2C>>. Acesso em: 11 set. 2019.

Mato Grosso do Sul possui 39 Unidades Especializadas de Atendimento (UEA), uma taxa de 2,93 unidades para cada 100 mil mulheres residentes no estado, quase o triplo da média nacional, de 1,03 para cada 100 mil mulheres.

---

Para enfrentar o problema da violência contra as mulheres no estado, entidades, governamentais ou não, por meio de convênios firmados com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), receberam da União, desde 2006, recursos de ordem de 19,5 milhões de reais (em valores atualizados referentes a novembro de 2016), perfazendo o montante de R\$ 14,68 por mulher residente no estado entre os anos de 2006 e 2016. Esse valor é consideravelmente superior à média nacional de repasses da União por mulher, no mesmo período (R\$ 4,19). A fonte básica para a análise dos homicídios no país em todos os Mapas da Violência até hoje elaborados, é o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS).

Após a análise dos dados do Mapa da Violência 2015 – Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil, elaborado pelo sociólogo e pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz, foi constatado que o Brasil ocupa a 5ª posição com relação a mortes de mulheres de forma violenta dos 83 países analisados por meio de dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), ou seja, uma taxa de 4,8 homicídios decorrentes da violência doméstica para cada 100 mil mulheres. Em relação à cidade de Campo Grande/MS, a realidade não é diferente: os dados são elevados e estão aumentando.

O feminicídio é uma qualificadora do homicídio motivada pelo ódio, prazer, maldade, ira, ciúmes, separação, sensação de posse e vontade de exterminar a mulher. O amor próprio é amesquinhado, não suportando um suposto estado de inferioridade no amor entre o homem e a mulher. É um conjunto de situações de morte de mulheres em decorrência da discriminação ou menosprezo por questão de gênero e pela violência doméstica em sentido lato dentre outras razões.

É um tipo de homicídio contra as mulheres que possui diversas características quanto à classificação. Contudo o ódio, a violência e a dominação da mulher se fazem presentes em todos os tipos, uma repulsa discriminatória ao gênero feminino.

No contexto apresentado, Segato (2006, p. 80) esclarece que:

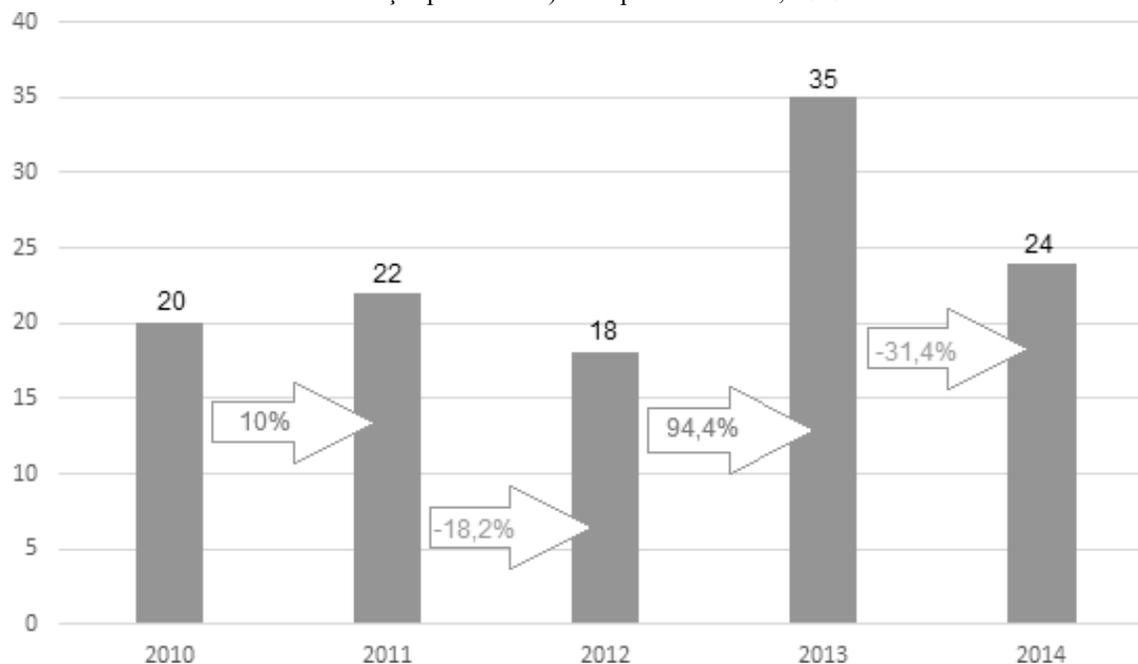
Somente uma caracterização do modo de operação de cada tipo particular de crime e a elaboração de uma tipologia precisa das diferentes modalidades de assassinatos de mulheres podem levar à resolução dos casos, à identificação dos agressores e ao fim dos desejos da impunidade.

Pelo exposto, é possível inferir que cada tipo de homicídio qualificado pelo feminicídio possui o seu modo particular de execução, sendo muito importante analisar os detalhes da prática do crime e o modus operandi para compreender a real motivação do delito, o perfil do executor e o histórico do relacionamento do casal antes da prática do homicídio. No Brasil, é muito comum o feminicídio sexista dentro da própria residência das vítimas por estar intimamente ligado ao ciúme e, conseqüentemente, à violência doméstica.

Muitas mulheres são mortas por seus parceiros por não aceitarem mais continuar com uma relação dita amorosa ou por desconfiança de traição. Assim, a violência contra a mulher vem manifestando-se em números elevados, tornando-se cada vez mais preocupante.

Em Campo Grande/MS, entre os anos de 2010 e 2014, foram 119 casos de homicídios femininos. Em 2010, foram 20 (17%) mulheres vítimas de homicídio doloso. No ano seguinte, os números aumentaram, somando 22 (18%) casos. Já em 2012, houve redução, com um total de 18 (15%) homicídios. Em 2013, as mortes femininas oriundas de violência aumentaram de forma preocupante, totalizando 35 (29%) casos. Destes, 2 mortes foram de crianças menores de 12 anos de idade. 9 adolescentes entre 12 e 17 anos também perderam a vida, vítimas da violência. Por fim, em 2014, foram registrados 24 (20%) casos de homicídios femininos no município.

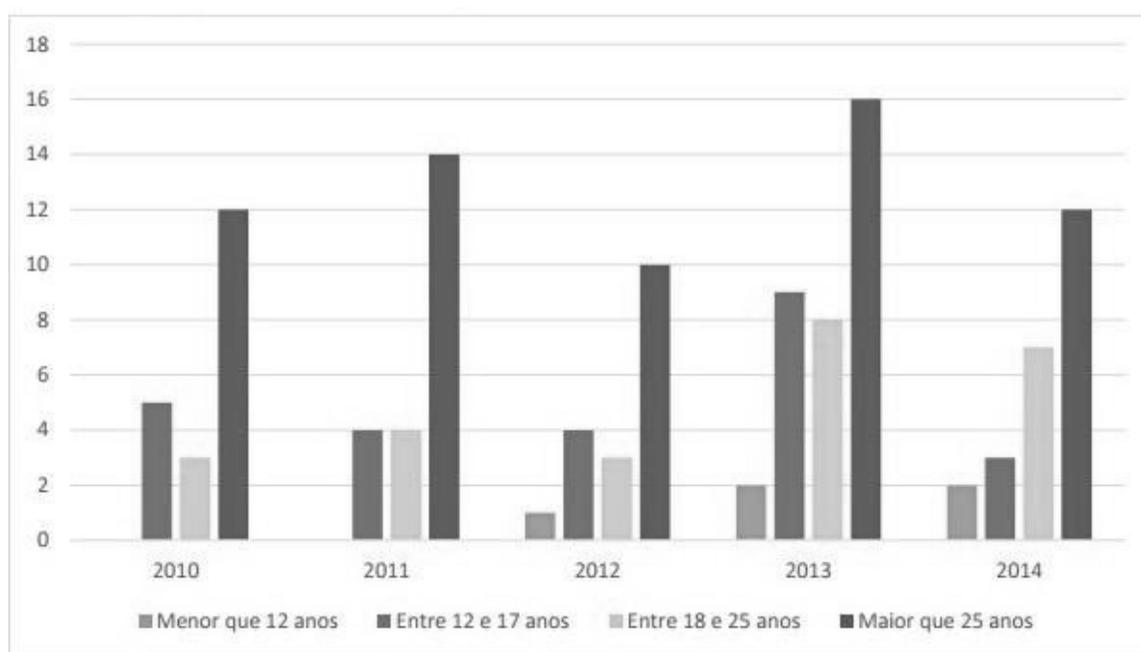
**Gráfico 1.** Mulheres vítimas de homicídio doloso em Campo Grande/MS - 2010 a 2014 (valores absolutos e diferenças percentuais). Campo Grande/MS, 2015.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

O gráfico apresenta a evolução do número absoluto de mulheres vítimas de homicídio doloso em Campo Grande. O maior aumento percentual ocorreu em 2013, com um incremento de 94,4% no total de mulheres vítimas de homicídio em relação ao ano anterior. Já em 2014, houve uma diminuição de 31,4% nos casos de homicídios femininos.

**Gráfico 2.** Número de homicídios de mulheres que sofreram violência em Campo Grande/MS - 2010 a 2014, segundo faixa etária. Campo Grande/MS.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

---

Na análise, é possível verificar que, em todos os anos apontados neste estudo, as maiores vítimas foram mulheres com idade maior que 25 anos. Porém, em 2013, o assassinato de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos aumentou 125% em relação ao ano anterior, e de mulheres entre 18 e 25 anos aumentou 167% no mesmo período.

A violência está entre as principais causas de morte da população economicamente ativa na faixa etária entre 15 e 44 anos, correspondendo à fase reprodutiva da mulher (MOURA; ALBUQUERQUE NETTO; SOUZA, 2012).

A Lei Maria da Penha tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos. Altera o Código Penal e possibilita que agressores sejam presos em flagrante ou que tenham sua prisão preventiva decretada, quando ameaçarem a integridade física da mulher. Prevê, ainda, inéditas medidas de proteção à mulher que corre risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física da mulher agredida e dos filhos.

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006, s.p.).

A expectativa é superar a chamada “rota crítica”, o caminho fragmentado que a mulher percorre buscando o atendimento do Estado, arcando sozinha com uma série de obstáculos, estes que vão do transporte a ter que repetir reiteradas vezes o relato da violência sofrida e ter que enfrentar com frequência a violência institucional por parte de profissionais que, pouco capacitados, reproduzem discriminações contra as mulheres. Nessa rota fragmentada, muitas vezes, perde-se a mulher, que, por fatores como medo, insegurança, descrença ou reconciliação com o agressor, desiste da denúncia. Para superar o problema, é preciso realizar um trabalho de prevenção e acolhimento que garanta que as próprias mulheres sejam capazes de sair do ciclo de violência. É esse o desafio que a Casa quer superar com o atendimento integral e funcionamento 24 horas, inclusive nos fins de semana. A tarefa, entretanto, não é simples, pois requer a integração entre diferentes órgãos e esferas de governo e a readequação de práticas setoriais: município, Estado e Governo Federal, serviços públicos de segurança, justiça, atendimento psicossocial e orientação para trabalho, emprego e geração de renda. É preciso criar um fluxo de atendimento e aplicar protocolos específicos para a garantia do atendimento qualificado das mulheres em situação de violência.

A Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande – MS faz parte do Programa Mulher Viver sem Violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). Reúne serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres, como acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia, juizado, Defensoria Pública, Ministério Público, promoção de autonomia econômica, cuidado das crianças (brinquedoteca), alojamento de passagem e central de transportes.

Cada um dos serviços ofertados apresenta profissionais, como: assistente social, psicóloga, promotor, delegada etc., amplamente qualificados para o atendimento, buscando, a princípio, mulheres para atender mulheres, fortalecendo a identificação da causa do gênero. É um passo definitivo do Estado para o reconhecimento do direito das mulheres de viverem sem violência.

Os profissionais recebem informações sobre os trabalhos e as competências dos diversos órgãos e serviços públicos ofertados à mulher em situação de violência, além da atualização

---

de conteúdos referentes à Lei Maria da Penha, à preservação de provas físicas e psíquicas da violência sexual, os protocolos de atendimento, a experiência de atuação do colegiado gestor da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/MS etc.

A Casa da Mulher Brasileira (CMB) foi instituída por meio do Decreto nº 8.086, de Agosto de 2013, sendo uma das ações do Programa Mulher Viver sem Violência. É a primeira Casa da Mulher Brasileira no país, tida como um experimento inédito. As ações são objetos de protocolo conjunto, respeitando as diferenças estruturais e instâncias do poder executivo, atuando em parceria com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, trabalho etc., e contando, também, com a participação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, visando à proteção integral e à autonomia das mulheres (CASA DA MULHER BRASILEIRA, 2015, s.p.).

O objetivo da Casa é fornecer um atendimento integral e humanizado à mulher que for vítima de violência. Ainda, deve facilitar e oferecer o acesso dessas mulheres aos serviços especializados e permitir que elas quebrem o ciclo da violência para o empoderamento. Acolher, apoiar e libertar.

Os projetos que a Casa oferece para que a mulher enfrente e saia da violência são: cursos de capacitação, curso de cabeleireira, curso de manicure e curso de informática. Também acontece o encaminhamento para vagas de emprego e as mulheres com filhos são direcionadas para vagas de creche, isto é, a mulher recebe toda atenção e suporte que ela necessita para sair do ciclo da violência e, com isso, começar uma nova fase da sua vida. Como a mulher fica em local sigiloso, somente funcionários qualificados podem levá-la ao seus respectivos cursos.

Vendo que a mídia tem papel importante na instalação e efetivação de políticas públicas, o Instituto Patrícia Galvão inscreveu o projeto em uma cobertura jornalística contextualizada, crítica e aprofundada sobre violência contra as mulheres em concurso promovido pelo *Fundo Elas* em parceria com o Instituto Avon, com recursos do *Fundo Fale sem Medo*. A proposta foi uma das 31 selecionadas para receber investimento do fundo, que destinou R\$ 3,1 milhões de reais para projetos diversos.

O objetivo do Instituto Patrícia Galvão é contribuir para o aprofundamento do debate sobre a violência contra as mulheres nos meios de comunicação e nas redes sociais, por meio da sistematização e disponibilização de dados, informações e análises estratégicas, além de promover diálogos com profissionais de comunicação e comunicadores independentes sobre a realidade e complexidade do problema. A proposta é que o debate com a imprensa desperte o compromisso da mídia em divulgar direitos e serviços, exercendo seu papel de fiscalizar as ações do Estado e mostrando que é um problema social que exige respostas em múltiplas frentes.

O instituto tem como foco principal colaborar para a qualificação da cobertura jornalística sobre questões críticas que envolvem violações dos direitos das mulheres brasileiras, influenciando o debate público para demandar respostas do Estado, mudanças na sociedade e na própria mídia. Como atividades, desenvolve a realização de pesquisas de opinião pública em âmbito nacional, a produção de campanhas publicitárias educativas e a produção de conteúdos para a imprensa no formato de dossiês, pautas e notícias.

Já a Agência Patrícia Galvão, criada em 2009, produz notícias e conteúdos sobre os direitos das mulheres brasileiras, influenciando no comportamento editorial de publicações impressas e digitais sobre problemas, propostas e prioridades que atingem 51% da população do país: as mulheres.

---

Artigo recebido em 23/05/19. Aceito em 23/08/19.

---

Por meio das ações realizadas nos último quatorze anos, o Instituto Patrícia Galvão se tornou uma organização conhecida e reconhecida, que conta com credibilidade e visibilidade no Brasil e no Exterior, tendo desenvolvido um modelo ímpar de atuação em comunicação política e direitos das mulheres.

Entre as atividades do Instituto Patrícia Galvão, destacam-se:

- Criação, em 2009, da Agência Patrícia Galvão, uma ferramenta na web de diálogo com diferentes interlocutores da área da comunicação. É voltada a assegurar espaço para a promoção dos direitos das mulheres na mídia.
- Desenvolvimento e administração do Portal Compromisso e Atitude, em 2012, uma das principais ferramentas de comunicação da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte, uma iniciativa conjunta do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Legislativo e Governo Federal.
- Produção de pesquisas nacionais de opinião pública;
- Produção e divulgação de conteúdos sobre violência de gênero de interesse para jornalistas, pesquisadores e movimentos sociais, e para operadores do Direito;
- Produção de campanhas sociais pelo fim da violência doméstica veiculadas em TV, rádio e internet;
- Promoção de oficinas e cursos de media training para lideranças sociais e especialistas;
- Monitoramento e análise da cobertura da imprensa sobre temas que envolvem os direitos das mulheres;
- Realização de eventos, como os seminários nacionais A Mulher e a Mídia (2007 a 2011), os diálogos sobre Liberdade de Expressão e Diversidades (2011), o Painel Pequim+20: Mais Mulheres na Política (2015) e o Seminário Internacional Cultura de Violência Contra as Mulheres (2015) (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 20--, s.p.).

O nome do Instituto e também da Agência é uma homenagem à jornalista, escritora, ativista política e cultural Patrícia Rehder Galvão, e a Pagu (1910-1962), que acreditou que as mulheres deveriam ter um papel mais ativo na esfera pública.

No Brasil, a população feminina ultrapassou 103 milhões em 2014. Uma em cada cinco considera já ter sofrido alguma vez algum tipo de violência de algum homem, conhecido ou desconhecido. Entre os diversos tipos de violação à integridade e à dignidade humana das mulheres estão: violência doméstica e familiar, violência sexual, feminicídio, violência de gênero na internet, violência contra mulheres lésbicas, bi, trans e racismo.

Embora apareçam organizadas de forma segmentada, as diversas formas e tipos de violência de gênero ocorrem de maneira combinada. Em vista disso, a profissão Serviço Social surgiu devido às contingências geradas pelo capitalismo. O profissional atua no âmbito das relações humanas e deve contribuir para que seja garantido o direito dos sujeitos. O objetivo do Serviço Social é a “Questão Social” e suas expressões sociais nas diversas áreas (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983).

O profissional utiliza alguns instrumentos técnicos operativos para uma melhor avaliação e intervenções. A entrevista é um dos instrumentos mais utilizados pelo profissional e ela se desenvolve através do processo de escuta inicial e observações técnicas. Outro instrumento comum é a visita domiciliar, utilizada para conhecer a realidade na qual o sujeito vive.

O trabalho do profissional se reflete em uma condição de total apoio às pessoas que, de certa forma, foram privadas de seus direitos. Deve orientar e informar a mulher agredida, esclarecendo que, para cada tipo de violência (ameaça, calúnia, agressão física etc.), existe uma punição. Deve estimulá-la a fazer a denúncia, ou seja, registrar queixa na delegacia de polícia, gerando o

---

respectivo Boletim de Ocorrência, para que possa ser iniciado um processo criminal. Em caso de violência física, orientá-la para que se submeta a um exame de corpo de delito junto ao Instituto Médico Legal (o laudo do IML é um documento elaborado para fazer prova criminal).

Junto a instituições que atendem mulheres que sofrem violência, o processo de grupo é um instrumento bastante recomendado. Através de dinâmicas específicas, as mulheres podem socializar suas experiências, resgatar a autoestima e se encorajar mutuamente, fazendo a denúncia. Esses grupos podem ser coordenados por uma equipe interdisciplinar, ressaltando o importante papel da psicóloga no processo.

Por isso, para o assistente social, é essencial o conhecimento da realidade em que atua, a fim de compreender como os sujeitos sociais experimentam e vivenciam as situações sociais. No caso, trabalhando com a temática da violência contra a mulher, o profissional de Serviço Social necessita aprofundar seu conhecimento sobre as múltiplas determinações (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 203).

Os grande desafio enfrentado pelo/a profissional é, assim, o de auxiliar a vítima de violência doméstica na questão de abrigá-la em um local seguro no primeiro momento da violência sofrida.

### **Considerações finais**

O presente trabalho tinha, como objetivo, promover um diálogo acerca das formas de violência contra a mulher. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter descritivo. Ao longo da realização deste trabalho, foi possível afirmar o quanto é grave a problemática da violência contra a mulher, não apenas pela violência em si, mas por todas as consequências que esta pode ocasionar à vítima e à família.

A violência contra a mulher é um persistente fenômeno histórico, social e cultural, que ainda hoje viola alguns direitos considerados inalienáveis ao ser humano, como o respeito à dignidade e à vida.

Esforços para prevenir a violência devem ser integrados a políticas sociais e educacionais, tentando reduzir as desigualdades sociais e de gênero, que representam um fator de risco entre os diversos tipos de violência. Somente com uma série de intervenções, incluindo reformas legais, fortalecimento da proteção social, educação e direito, as desigualdades poderão ser reduzidas.

Por se tratar de um estudo com uma abordagem quantitativa, não foi possível desenvolver um maior aprofundamento nas interpretações socioculturais dos dados que envolvem o feminicídio. Estudos futuros devem contemplar dados comparativos que associem os indicadores de homicídios femininos e o impacto das medidas de combate e prevenção desse agravo. Todavia, é necessário ressaltar que nenhuma lei, por mais bem escrita, alcança eficácia se não houver a garantia e o empenho de aplicabilidade, pois, sem isso, a rede de atendimento se desestrutura e os demais encaminhamentos ficam comprometidos.

Enfim, os/as profissionais de Serviço Social vêm buscando realizar trabalhos que beneficiem essas mulheres, sempre validando seus direitos e orientando da melhor maneira. A violência doméstica contra a mulher se tornou objeto de atuação profissional do Assistente Social enquanto desafio posto no cotidiano.

---

## Referências

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2m4cL15>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a violência contra a mulher.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

CASA DA MULHER BRASILEIRA. **Casa da Mulher Brasileira – Descrição.** 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2kpfima>. Acesso em: 11 set. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Sobre o Instituto Patrícia Galvão e o Projeto.** [20--]. Disponível em: <http://bit.ly/2kRS0FP>. Acesso em: 27 set. 2017.

LISBOA, Teresa Kleba; PNHEIRO, Eliana Aparecida. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 199-210, 2005.

MOURA, M. A. V.; ALBUQUERQUE NETTO, L.; SOUZA, M. H. N. **Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de violência assistidas nas delegacias especializadas.** 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2koPSVJ>. Acesso em: 22 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres. 1993. Disponível em: <http://bit.ly/2kUpKSR>. Acesso em: 22 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OPAS. **A OPAS/OMS apoia os 16 dias de movimento pelo fim da violência contra as mulheres.** [201\_]. Disponível em: <http://bit.ly/2kUejum>. Acesso em: 11 set. 2019.

SEGATO, Rita Laura. **Que és un feminicídio.** 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2m2fBUk>. Acesso: 19 out. 2017.

---

---

# JOVEM APRENDIZ

## Young apprentice

Alessandra Moreira Mello<sup>1</sup>  
Emanuele da Cruz Santos<sup>1</sup>  
Marcelle dos Santos Silva Carneiro<sup>1</sup>  
Márcia Elisa Guimarães Soares<sup>1</sup>  
Maria Judite Ludwig<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo compreender o funcionamento do programa Jovem Aprendiz, partindo da reflexão da categoria trabalho, dos efeitos que ele traz para o homem tanto nas questões concretas quanto subjetivas e como este deve ser valorado. Tivemos uma aproximação com a legislação brasileira que visa garantir a proteção integral à criança e ao adolescente frente ao trabalho. Buscamos conhecer na prática o programa Jovem Aprendiz, bem como compreender o trabalho do profissional em Serviço Social neste programa. A partir disso, fizemos uma visita de campo na Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, na qual percebemos o quanto o Jovem Aprendiz pode ser um fator de transformação na vida dos jovens que lá se encontram.

Palavras-chave: Jovem aprendiz. Perspectiva de vida. Assistente social.

**Abstract:** The present work aims to understand the functioning of the Young Apprentice program, starting from the reflection of the work category, the effects it brings to man in both concrete and subjective questions and how it should be valued. We had an approximation with the Brazilian legislation that aims to guarantee full protection to children and adolescents from work. We seek to know the Young Apprentice program in practice, as well as to understand the work of the Social Work professional in this program. From this, we made a field visit to the Bread of the Poor Foundation of Santo Antonio, from which we realized how much the Young Apprentice could be a factor of transformation in the lives of young people there.

Keywords: Young apprentice. Life perspective. Social assistant.

### Introdução

O presente *paper*, faz parte da disciplina Seminário Interdisciplinar IV e tem como objetivo compreender o processo de trabalho e os instrumentos do Assistente Social quando inserido no espaço ocupacional do Programa Jovem Aprendiz, bem como mostrar a importância da inclusão de adolescentes neste programa.

Para desenvolvê-lo fizemos uma visita de campo na Fundação Pão dos Pobres, situada em Porto Alegre. Lá conhecemos a Assistente Social, que desenvolve suas atividades laborais no Centro de Educação Profissional (CEP). O CEP oferece cursos técnicos e profissionalizantes de assistente administrativo, marcenaria, manutenção de computadores, gastronomia, mecânica automotiva, técnico em fabricação mecânica, técnico em manutenção e suporte em informática, técnico em manutenção eletromecânica de elevadores, músico intérprete instrumentalista, serigrafia, informática básica com ênfase em games.

Inicialmente se abordará o conceito de trabalho, e o aparato legal que envolve o adolescente na condição de Aprendiz. Na sequência descreveremos a visita ao campo ocupacional do Assistente Social, abordando sua relação com os instrumentos técnico-operativos, e, por fim, apresentaremos nossas considerações sobre a pesquisa desenvolvida.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

## Aprendizagem e o trabalho

O trabalho pode ser analisado sob várias perspectivas. Considera-se que o trabalho é um meio importante de exercício da cidadania e de realização pessoal, quando oportunizado e exercido de forma digna, com condições e remuneração adequadas, sendo esses fatores transformadores na vida dos indivíduos.

De acordo com Iamamoto (2012, p. 60):

O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma, como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. O trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana.

O assistente social em sua prática cotidiana, vale-se de suas competências teórico-metodológicas, técnico-operativas, ético-políticas, frente às suas demandas cotidianas, nos diversos campos de atuação que a profissão lhe oportuniza.

Segundo Scheunemann (2011, p. 123), é necessário que o profissional desenvolva habilidades:

[...] que permitam a proatividade na compreensão dos processos e demandas sociais, bem como, coerência e criatividade na construção de alternativas de enfrentamento e superação dos desafios posto à profissão, especialmente das demandadas que se configuram como expressões da questão social.

Entre os desafios apresentados ao profissional de Serviço Social, está a atuação junto às instituições que desenvolvem serviços relacionados à aprendizagem. É de suma importância sua presença nestes espaços, tendo em vista que ele é um profissional tecnicamente habilitado para o trato das demandas relacionadas à garantia de direitos, principalmente em se tratando de jovens e adolescentes, que necessitam um olhar especial, por serem sujeitos em desenvolvimento, tanto físico, como psíquico, e por muitas vezes encontrarem-se em situação de vulnerabilidade social, de violação de direitos e, ainda hão de ser consideradas as subjetividades, que são inerentes ao ser humano.

O trabalho infantil, pode causar danos irreversíveis, no desenvolvimento dos indivíduos. Muitas crianças, como reflexo das expressões da questão social, se veem obrigadas a utilizar deste recurso, como forma de sobrevivência, mas essa prática deve ser combatida. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 2º “considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente quando tiver entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, s.p.).

No Brasil, a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, trazendo um regramento para esta questão, ainda que, embora cotidianamente, seja possível encontrar crianças nesta situação. No art. 403, da mesma lei, está determinada a proibição de trabalho para menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

---

Conforme o Manual de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego, aprendizagem é:

[...] o instituto destinado à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas e que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Tais atividades são implementadas por meio de um contrato de aprendizagem, com base em programas organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades habilitadas (BRASIL, 2014, p. 13).

Também no ECA, em seu Capítulo V e seus artigos, que fala do Direito à Profissionalização e à Proteção ao Trabalho, há dispositivos e condicionantes, que protegem os adolescentes tanto na sua formação técnico-profissional, no seu desenvolvimento como pessoa, como também, em relação à sua frequência escolar.

Ademais, no que se refere a atividades laborais, essa legislação ampara que o empregado adolescente, aprendiz, quanto a não realização de trabalho em local perigoso, insalubre ou penoso, da mesma forma que veda a realização de trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

Ainda, prevê a Lei nº 10.097, em seu art. 428 (BRASIL, 2000, s.p.), sobre o contrato de aprendizagem:

Art.428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (NR)

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (AC)\*

§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora. (AC)

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos. (AC)

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. (AC)

Acima destacamos, alguns fragmentos de normas que compõem o arcabouço jurídico que salvaguarda o jovem que se encontra na situação de aprendiz, legislação essa, que traz uma proposta que imprime um caráter pedagógico na inserção destes jovens no mercado de trabalho, com o direito de que o aprendiz seja de forma gradativa, respeitando os limites individuais, e o que deve ser destacado, é a condição que neste processo incluiu a exigência/garantia de que os jovens não deixem de lado seus estudos.

---

## Visita de campo

Realizamos a visita de campo na Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, conhecida como O Pão dos Pobres, situada na cidade de Porto Alegre, na Rua da República, nº 801, a qual fomos acompanhadas por uma Assistente Social, que nos conduziu a todos os espaços, mostrando-nos as oficinas onde são desenvolvidos os cursos de aprendizagem, e como se dá o funcionamento do programa Jovem Aprendiz na instituição.

A instituição existe há mais de um século, administrada por Irmãos Lassalistas, mantida por recursos de doações e de parceria com o poder público, presta serviços em prol de crianças, adolescentes e jovens em vulnerabilidade social da cidade de Porto Alegre e da Grande Porto Alegre, atuando em quatro projetos socioeducativos, incluindo oficinas profissionalizantes, cursos e acolhimento institucional, visando potencializar o desenvolvimento integral, ensinando valores, ética, desenvolvimento integral, solidariedade, respeito à diversidade humana, responsabilidade social e ambiental.

O Pão dos Pobres por meio do Centro de Educação Profissional – CEP, e amparado na Lei nº 10.097, oferece nove cursos profissionalizantes tais como, serralheria, gastronomia, marcenaria, assistente administrativo, manutenção de computadores, mecânica automotiva, músico instrumentalista, eletromecânica de elevadores e desenvolvedor web para, aproximadamente, 615 adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social ou de violação de direitos, visando inseri-los no mercado de trabalho.

O ingresso para o Jovem Aprendiz na instituição se dá de várias formas. A divulgação das vagas é feita em redes sociais, rádio, jornal e entre os próprios alunos. Há também encaminhamentos via Ministério Público, Conselho Tutelar, CRAS e CREAS. No processo seletivo há preenchimento de uma ficha socioeconômica, sendo que é um dos instrumentos base para a seleção.

Os jovens, em sua grande maioria, procuram o programa Jovem Aprendiz, a partir da necessidade financeira, visto que recebem meio salário mínimo e vale transporte. Outros procuram a fim de qualificação profissional para o ingresso no mercado de trabalho, pela assinatura da carteira de trabalho, ajuda na renda familiar, e na perspectiva de mudança de vida. Há também jovens que ingressam por solicitação dos pais ou responsáveis, na intenção de cuidados e incentivo à frequência escolar. Cabe destacar, que, mesmo que temporariamente, a renda familiar de muitos jovens vem dos recursos deste programa.

Para participar do programa precisa estar estudando, podendo somente um filho da família participar. Quando for baixa a frequência escolar, o jovem poderá ser desligado do programa, podendo retornar após passar novamente pelo processo de seleção da Fundação.

Os alunos que frequentam os cursos não passam por processo de avaliação de suas atividades, todavia, no término do curso é apresentado um trabalho que mostra o desenvolvimento do aluno, momento este, em que o jovem se mostra recompensado por sua trajetória de aprendizado.

Por meio do trabalho o homem se afirma não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no seu sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas. (IAMAMOTO, 2012, p. 60, grifos nossos).

Na entrevista com a assistente social, percebemos o seu compromisso ético e dedicação com os fundamentos da profissão, bem como para o trabalho que realiza junto à instituição há mais de dois anos. Profissional Graduada em Bacharelado em Serviço Social, desde 1992, pela

---

Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, Pós-graduada em Psicopedagogia, e atualmente cursando Terapia Sistêmica.

Quanto ao seu processo de trabalho, relata que planeja suas atividades diárias, o que demonstra a intencionalidade da intervenção do profissional. Expõe, também, que, por diversas vezes, há alterações em seu planejamento, devido a demandas de urgência, o que exige o uso de estratégias, a fim de superar os desafios e cumprir o proposto. Contudo, entendemos que o Assistente Social necessita desenvolver habilidades para tratar com o inesperado.

A sua prática cotidiana, envolve instrumentos como, as entrevistas individuais e/ou coletivas, as reuniões, e os relatórios. Entendemos que no momento da entrevista é estabelecida uma relação de confiança do profissional com o sujeito em atendimento, de tal modo que ele se sinta à vontade para repassar todas as informações que irão de encontro aos objetivos propostos para o atendimento.

Segundo Ruauero e Lazzarini (2013, p. 72), a entrevista para o Serviço Social:

[...] é antes de tudo um espaço de escuta. Neste ato, o profissional do Serviço Social deve se colocar a ouvir o usuário, lembrando que ouvir é uma atividade ativa, e não passiva, como pensam muitos. Ativa no sentido de que não se trata apenas de receber as informações do usuário, mas, sim, concentrar-se nelas, refletir sobre elas, indaga-las.

Relatório, se define como:

[...] o documento produzido pelo profissional em Serviço Social, no qual constarão todos os aspectos relevantes de um determinado ato praticado por este profissional. Os atos que são passíveis de relatórios são os mais diversos, como, por exemplo, visitas domiciliares, entrevistas, observações etc. (RUAURO; LAZZARINI, 2013, p. 79).

A profissional destaca a importância da interação com os demais profissionais, afirmando que o trabalho em equipe é fundamental para o andamento da Fundação, pois um profissional depende do outro para fazer o trabalho com excelência.

Foi perguntado para a assistente social, quais os fatores de entrave e os de motivação de seu trabalho.

Os entraves na prática do cotidiano, segundo ela, são de caráter financeiro, tendo em vista que a instituição depende, em parte, de doações. Exemplificou a dificuldade de atualização de equipamentos de suporte para os cursos.

Na questão relativa aos fatores de motivação no trabalho, percebemos na sua resposta o afeto no olhar, transparecendo uma paixão pelo o que faz. Acredita que seu trabalho com os jovens é recompensador, a medida que, através dele é possível intervir para o desenvolvimento, o empoderamento e a autonomia desses jovens.

## **Conclusão**

A visita trouxe como objetivo, além do conhecimento do local, a discussão do funcionamento da instituição da qual tivemos a percepção do profissionalismo e zelo da equipe técnica, professores e demais empregados no trato com a garantia de direitos dos adolescentes.

A presença do profissional em Serviço Social, no Pão dos Pobres é fundamental, tendo em vista que seu objeto de intervenção são as expressões da questão social, e estas estão inseridas no cerne desta instituição.

---

Consideramos que são indispensáveis os dispositivos legais que visam a proteção integral à criança e ao adolescente como um todo, cabendo a sociedade fazer cumpri-los.

Por fim, concluímos o quanto é importante a orientação profissional para esses jovens, cujas vidas, muitas vezes, não se apresentam de forma tão fácil, sendo a aprendizagem uma forma de socialização, e, quem sabe, uma oportunidade para que tenham uma condição de vida mais digna, e esperança de uma possível reversão das situações de vulnerabilidade.

### Referências

BRASIL. **Manual da aprendizagem**: o que é preciso para contratar o aprendiz. Edição revista e ampliada. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2kIdepK>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2000. Disponível em: <http://bit.ly/2kIdh4U>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1990. Disponível em: <http://bit.ly/2kUhtOK>. Acesso em: 29 maio 2018.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2012.

RUAURO, G. C. G. de; LAZZARINI, J. M. **Instrumentos e processo de trabalho em serviço social**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.

SCHEUNEMANN, A. V. (Org.) *et al.* **Serviço social contemporâneo**. Canoas: Ulbra, 2011.

THIELE, I. A. **O pão dos pobres de Santo Antônio**: uma história de 120 anos de existência. Porto Alegre: Fundação o Pão dos Pobres, 2015.

# LEI 8.662/93 DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

## Regulation of social work career

Ana Paula Reginato Bocalon<sup>1</sup>  
Gisele Nascimento Costa Constantino<sup>1</sup>  
Patrícia de Souza Antunes<sup>1</sup>  
Sonia Silva de Oliveira Schilickmann<sup>1</sup>  
Geysa Nunes de Souza Tártari<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho objetiva verificar e reconhecer alguns dos campos de atuação do assistente social. Durante o processo de sua construção, foi utilizado o método de pesquisa através de uma revisão bibliográfica. Houve análise das normas reguladoras do Serviço Social, sobretudo dos valores e princípios do Código de Ética Profissional, as atribuições e as competências asseguradas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Discutir os campos de atuação é importante e necessário, visto que, atualmente, 2.626 municípios (47,2% do total de 5.564 municípios, incluindo o Distrito Federal) possuem Centros de Referência de Assistência Social - CRAS (CFESS, 2011) e devem ter em seus quadros assistentes sociais atuando. Esses estudos têm como escopo a sugestão de estratégias e procedimentos no exercício do trabalho e devem ser considerados para ampliar o exercício da assistência social.

Palavras-chave: Serviço Social. Regulamentação. Atuação.

**Abstract:** This paper aims to verify and recognize some of the fields of action of the social worker. During the process of its construction, the research method was used through a literature review. There was an analysis of the regulatory norms of the Social Work, especially the values and principles of the Code of Professional Ethics, the attributions and the competences ensured in the Law of Regulation of the Profession (Law n. 8.662 / 1993) and in the Curriculum Guidelines of the Social Work, elaborated by the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS). Discussing the fields of action is important and necessary, as currently 2,626 municipalities (47.2% of the total 5,564 municipalities, including the Federal District) have CRAS Reference Centers (CFESS, 2011) and should have in their social workers acting. These studies are aimed at suggesting strategies and procedures in the exercise of work and should be considered to broaden the exercise of social assistance.

Keywords: Social Work. Regulation. Acting.

## Introdução

Pode-se observar, através de estudos realizados, que a profissão de assistente social sofreu grandes mudanças ao longo do tempo. A profissão realmente assume seu compromisso com a classe trabalhadora, se identificando como tal, rompendo com o monopólio conservador, pois por muito tempo atendia ao interesse da igreja, que a entendia como uma dimensão assistencialista sem nem um cunho profissional, fazendo com que a classe ficasse por tanto tempo fora de referência para os Assistentes Sociais no Brasil.

Desde o início da profissão até o Movimento de Reconceitualização, o Serviço Social se manteve numa perspectiva de atuação interiorizada, não identificava que contribuía para a manutenção do capital, estando totalmente distanciado da consciência de classe trabalhadora. Somente na “virada da mesa” (como foi chamada) do III Conselho Brasileiro de Assistentes So-

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – n. 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

---

ciais – CBAS – se têm o reconhecimento enquanto classe trabalhadora, por parte da categoria e que a atuação profissional deverá atender aos interesses desta, então se começa a delinear novos caminhos para a profissão no cenário brasileiro. Pela primeira vez na história da profissão, esta assume um posicionamento político que se coloca na contramão do que é posto pelos interesses das classes dominantes.

Contudo, é na década seguinte, com o processo de revisão do currículo mínimo e construção da nova proposta de formação profissional, a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, bem como da Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão no território brasileiro. No quinto Código de Ética Profissional, em 1993, são encontrados os elementos que caracterizam os valores éticos e políticos, sob uma perspectiva crítico-dialética do Serviço Social Brasileiro, calcado na teoria marxista e, então, dando sustentação ao projeto profissional hegemônico.

Neste cenário temeroso e de barbárie, deve haver uma tarefa imperativa de todas as pessoas que acreditam na direção emancipatória da profissão, resgatar o debate no campo da radicalidade marxista em defesa deste legado crítico construído pela categoria nas últimas décadas.

### **Fundamentação Teórica**

Este texto coloca em questão os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, particularizando as décadas de 1980, 1990 e os primeiros anos do século XXI. Algumas referências acerca do Serviço Social latino-americano também serão apresentadas. Parte-se do pressuposto de que a profissão e o conhecimento que a ilumina se explicam no movimento histórico da sociedade.

A análise dos principais fundamentos que configuram o processo, através do qual a profissão busca explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social, constitui o principal objetivo deste texto. É necessário assinalar que essa análise das principais tendências históricas e teórico-metodológicas da profissão, sobretudo nas três últimas décadas, não é uma tarefa fácil ou simples, pois exige o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento social.

O ponto de partida consiste da análise, ainda que sumária, do processo de incorporação pela profissão. A questão inicial que se coloca é explicitar como se constituem e se desenvolvem no Serviço Social brasileiro, as tendências de análise e as interpretações acerca de sua própria intervenção e sobre a realidade social na qual se move.

A compreensão teórico-metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constituiu a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano é processo que se constrói na interlocução com o próprio movimento da sociedade.

Diante desses fatos podemos observar, de acordo com os pensadores, o surgimento das novas vertentes:

- A vertente modernizadora (NETTO, 1994, p. 164) caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais. Estas opções configuram um projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a produção

---

do conhecimento e a intervenção profissional.

- A vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade de Emmanuel Mounier, dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas (ALMEIDA, 1990, p. 114). Esta tendência, que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos), é analisada por Netto (1994, p. 201) como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão.
- A vertente marxista que remete à profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx.

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) não se dá sem incontáveis problemas, aqui não abordados, e que se caracterizam pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual ou pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no “marxismo Althusseriano”, referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos de 1960 e 1970 e particularmente o Método de B.H., um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão.

No entanto, é com este referencial precário, em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado no ponto de vista sócio-político, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais. Inicia-se aqui a vertente comprometida com a ruptura com o Serviço Social tradicional (NETTO, 1994, p. 247).

Estas tendências, que configuram para a profissão de linhas diferenciadas de fundamentação teórico-metodológica tenderão a acompanhar a trajetória do pensamento e da ação profissional nos anos subsequentes ao movimento de reconceitualização e se conservarão presentes até os anos recentes, apesar de seus movimentos, redefinições e da emergência de novos referenciais nesta transição de milênio.

Diante desses fatos, a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vista à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade:

- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as Particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país.
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.
- Estes elementos estão em consonância com as determinações da Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social e estabelece as seguintes competências e habilidades técnico-operativas:
- Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social.
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais.
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.

- 
- Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais.

Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos.
- Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais.
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social.
- Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino.
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.
- Entende-se que, diante desta fundamentação teórica, buscou-se a base para a continuação dos estudos aqui realizados.

### **Materiais e Métodos**

Esta pesquisa apresenta metodologia científica qualitativa, buscada em diversos acervos bibliográficos e realizada utilizando como materiais de pesquisas informações contidas em sites da internet, devido aos quais tornou-se possível comparar e modificar outros artigos já publicados.

Esses trabalhos foram utilizados como base para fundamentar e validar as questões aqui levantadas. Os dados foram estudados e comparados durante toda a construção do trabalho, favorecendo para que eventuais dúvidas ficassem esclarecidas e explicadas. Foi utilizado como materiais para o desenvolvimento da pesquisa computador, caderno para anotações, artigos e materiais postados sobre o assunto.

### **Resultados e Discussão**

Diante das pesquisas realizadas e de acordo com a fundamentação teórica e metodológica, pode-se observar que a profissão de serviço social só foi reconhecida através da lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993, a profissão também é regulamentada pelos conselhos regionais e conselho federal de serviço social.

Basicamente, a lei nº 8.662/93 dispõe sobre: competências, atribuições privativas, representação da categoria e funcionamento do conjunto.

O III Congresso não trouxe a categoria profissional para a cena política, da qual ela nunca esteve ausente: trouxe para a cena política os componentes democráticos, até então reprimidos na categoria profissional. E se o fez tardiamente, a responsabilidade deve ser debitada à força do conservadorismo que, derrotado naquele episódio histórico, nem por isto viu suprimida a pesada e duradoura hipoteca que impôs e impõe ao Serviço Social no Brasil (NETTO, 2009, p. 669).

Foi só a partir do terceiro congresso e da fundamentação da lei nº 8662/93 que o serviço social pôde ser visto como profissão, pois até então ele era considerado pelo conservadorismo como uma atividade assistencialista, que servia a classe dos dominantes e repressores. Pode-se apontar neste caso a igreja, que também contribuiu para o retardamento da regulamentação do serviço social.

---

Observou-se o quão doloroso foi o trajeto para a regulamentação da profissão de assistente social. Estudar o exercício profissional do assistente social, mediado pelas determinações concretas do cotidiano a partir do método dialético supõe apreender os fios condutores das relações sociais e econômicas que condicionam os agentes profissionais, a profissão, a sociedade e nosso objeto de intervenção e, também, apreender a totalidade dos processos que constituem o cotidiano.

O foco nas expressões das determinações do cotidiano no exercício profissional mostrou-se importante para nós, diante dos desafios impostos aos profissionais na execução de suas atividades num contexto adverso e permeado de limites estruturais e conjunturais. Portanto, qualificar a intervenção é tarefa precípua e urgente e pensa-se que a compreensão crítica do exercício profissional, mediado pelas determinações concretas do cotidiano, tendo como premissa a consciência sobre a articulação unitária entre as três dimensões do exercício profissional, é um meio efetivo para tal fim.

Com relação a essa postura, Iamamoto (2008, p. 463) ressalta:

Não se reclama uma regressão a uma perspectiva endógena da profissão, cuja ruptura foi uma das grandes conquistas dos últimos vinte anos. Entretanto, a pesquisa sobre as múltiplas determinações que atribuem historicidade ao exercício profissional - e adensam a agenda da formação profissional-, carece de uma relação mais direta com as respostas profissionais, no sentido de qualificá-las nos seus fundamentos históricos, metodológicos, éticos e técnico-operativos. Em outros termos, para decifrar as relações sociais e qualificar o desempenho profissional, são requeridas mediações na análise das particularidades dessa especialização do trabalho, que carecem de visibilidade no universo da produção científica do Serviço Social.

Finalizada a discussão, é possível concluir o quão importante e indispensável é o trabalho do assistente social nas mais variadas circunstâncias que abrangem a vivência em uma sociedade, visando sempre à igualdade dentro da qualidade de vida que se espera entre os indivíduos que nela se incluem. O assistente social faz um trabalho mediador, leva esperança para muitas famílias garantindo que nada falte a estas, presta desde benefícios palpáveis até suportes psicológicos para os que necessitam.

### **Considerações Finais**

Pode ser observado que durante várias décadas, o serviço social esteve impregnado de vertentes conservadoras, fazendo com que encontrasse dificuldades para se embrenhar no mercado de trabalho e ser valorizado e reconhecido como profissão. Com o passar dos tempos e com a criação da lei nº 8.662/93, a profissão de serviço social passou a ser reconhecida.

A profissão de serviço social está em movimento, sendo real e independente da vontade dos sujeitos envolvidos. Temos o desafio coletivo de emprendermos respostas às demandas que nos são solicitadas e que consideramos pertinentes, bem como precisamos sempre apurar nosso discernimento sobre as requisições enviesadas que são dirigidas à profissão. No presente artigo tratou-se acerca das iniciativas do Conjunto CFESS – Cress, sobre as atribuições e competências profissionais conforme ações de distintas gerações de profissionais que, em torno desse conjunto, foram e vão dando feição a essa entidade, que sem abrir mão da sua função fundamental, visa construir uma profissão comprometida no seu cotidiano de trabalho com as requisições históricas da classe trabalhadora, com a luta pela democracia na sociedade e no Estado brasileiro, colocando-se contrária a todas as formas de arbítrio e autoritarismo.

---

## Referências

ALMEIDA, Ana Augusta. **A metodologia dialógica: o Serviço Social num caminhar fenomenológico**. Rio de Janeiro: ANPESS/CBCISS, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CEFESS/ABEPSS (orgs.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília-DF, 2009.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. In: MOTA, Ana Elizabete Simões da, *et al.* (org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **CBAS: algumas referências para a sua contextualização**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 100, p. 650-678, out/dez. 2009.

PAULO NETTO, José. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 44, abr. 1994.

SANTOS, Tiago Barbosa. **A participação política dos estudantes de Serviço Social na defesa e consolidação da direção social da formação: a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional**. 2007. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SILVA, Leticia Rodrigues. **A dimensão ético-política do Serviço Social e o ensino a distância: avanços e retrocessos na formação profissional**. 2016. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.

---

# GESTÃO, DIMENSÕES E APLICABILIDADE TÉCNICA – OPERATIVA: instrumentos processo de trabalho do assistente social na saúde mental

**Management, dimensions and technical – operational applicability: instruments social  
assistant work process in mental health**

Maria de Nazaré Dias Queiroz<sup>1</sup>  
Michelle Sousa Gomes<sup>1</sup>  
Ronildo da Costa Corrêa<sup>1</sup>  
Valéria Costa de Mendonça<sup>1</sup>

**Resumo:** A pesquisa tem o objetivo de abordar a atuação e os instrumentais utilizados pelo serviço social no âmbito da saúde mental, assim como conhecer sobre a Reforma Psiquiátrica e seus impactos no que tange à legislação e aos serviços oferecidos a este público, como a criação de leis e novos meios de cuidados. Abordar o comprometimento profissional como um projeto ético político inerente à formação ressalta a importância de compreender a perspectiva dos profissionais, da compreensão do quadro dos usuários, orientação e seu encaminhamento na rede junto às respectivas demandas. O método utilizado para a coleta de dados foi a revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada junto aos profissionais do FHCGV e CAPS III Renascer. Obteve-se com o resultado um esclarecimento sobre o processo advindo da Reforma Psiquiátrica no Brasil e principalmente no estado do Pará.

Palavras-chave: Instrumentais. Reforma psiquiátrica. Saúde mental.

**Abstract:** The objective of the research is to approach the performance and instrumentalities used by the social service in the field of mental health, as well as to know about the Psychiatric Reform and its impacts on the legislation and services offered to this public, such as the creation of laws and new means of care. Also, to address the professional commitment as a political ethical project inherent to the training emphasizes the importance of understanding the perspective of professionals, understanding the users' frame and orienting and routing the same in the network with the respective demands. The method used for the data collection was a bibliographical review and semi-structured interview with the professionals of the FHCGV and CAPS III Renaissance. It was obtained as a result a clarification on the process coming from the Psychiatric Reform in Brazil and mainly in the state of Pará.

Keyword s: Instrumental. Psychiatric reform. Mental health.

## Introdução

Esse artigo é uma dissertação do trabalho Interdisciplinar do Módulo IV, nascido da preocupação em compreender a inserção do profissional desta área específica. Compreende-se o serviço social como uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, e a sua atuação, uma unidade dialética inscrita na singularidade, contraditoriedade e totalidade históricas da sociedade.

Tem, por objetivo central, buscar um entendimento de até que ponto a prática profissional do assistente social se vincula ao atendimento, usando os seus instrumentos e processo de trabalho na cidadania e dos direitos dos usuários dos serviços de saúde mental, oferecidos no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) e no Hospital de Clínicas Gaspar Viana (HC), constituindo-se em sujeito de estudo dos assistentes sociais, os usuários e seus familiares.

O serviço social tem a sua trajetória marcada pela inserção de profissionais no espaço da saúde, principalmente a partir da Lei 8.080/90 que cria o SUS, tendo como princípios a uni-

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: [www.uniasselvi.com.br](http://www.uniasselvi.com.br).

---

versalidade, a integralidade e a equidade, ampliando o mercado para os assistentes sociais a fim de assegurar tais princípios. Essa profissão traz em sua gênese a defesa da classe trabalhadora e a garantia de seus direitos historicamente violados pelas relações de interesses conflitantes de uma sociedade capitalista.

A compreensão da atuação desse profissional na área da saúde perpassa o entendimento das suas competências técnico-operativo, teórico-metodológica e ético-político; todos os instrumentais utilizados para a práxis trazem uma visão que vai além dos outros saberes específicos de outras profissões, o entendimento acerca das questões sociais e suas expressões leva a utilização de instrumentos comuns a outras profissões, instrumentos legais e instrumentos privativos.

A saúde mental traz um histórico de violação de direitos humanos como a privação de liberdade e maus-tratos, gerando um movimento de profissionais, usuários e familiares rumo à Reforma Psiquiátrica, que traz em seu bojo a humanização no atendimento e a destitucionalização à ruptura, com práticas antes utilizadas e sem respostas terapêuticas; um novo olhar sobre a saúde e a valorização da vida, privilegiando a liberdade dos sujeitos e suas especificidades, direcionando atenção às famílias, reconhecendo sua importância na adesão e continuidade do tratamento.

Neste trabalho, busca-se entender a natureza da prática do assistente social, no atendimento e cidadania das pessoas com transtornos mentais e suas famílias, considerando, para isso, as múltiplas vivências, discursos, fala, gestos e expressões do cotidiano desses sujeitos. O trabalho se fundamenta em entrevistas, fotos e livros relacionados ao tema. Com isso, foi desenvolvido uma metodologia qualitativa que revela o atendimento do assistente social aos usuários e seus familiares com uma relação histórica ampliada e fortalecida no país, a partir das duas últimas décadas do século XX, sendo norteado no Brasil e no estado do Pará, pelo arcabouço legal que ampara o exercício deste profissional nos seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

Portanto, o trabalho visa contribuir para o debate reflexivo sobre a prática do assistente social no atendimento e cuidados com a área da saúde mental, em particular na direção dos interesses e anseios dos segmentos sociais mais empobrecidos, no caso das pessoas com transtornos mentais. A metodologia utilizada para a produção desse artigo são bibliografias acerca do tema, visitas aos espaços sócio-ocupacionais, pesquisa semiestruturada e entrevista com os profissionais que atuam na área da saúde mental.

### **Fundamentação teórica**

Ao abordarmos a atuação do assistente social e seus instrumentais, faz-se necessário trazer o percurso da Reforma Sanitária e a sua estruturação, em meados de 1970, no mesmo período em que o serviço social se organiza para o que será o marco na profissão, o movimento de reconceitualização da categoria, que traz em seu bojo a ruptura com o conservadorismo, a desvinculação da Igreja Católica, as diretrizes curriculares, a defesa e garantia dos direitos da classe trabalhadora, entre outras mudanças, o compromisso com o projeto ético-político e afirmando a sua dimensão teórico-metodológico, técnico-operativa e ético-político que definem um novo perfil profissional.

Em 1986 ocorreu a 8ª Conferência de Saúde, 98 grupos, muitos advindos da Reforma Sanitária e com a participação popular, uma novidade para a época, debateram durante cinco dias a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), surgindo a proposta de lei acolhida na elaboração da Constituição Federal/88 e, posteriormente, com a regulamentação 8.080/1990 e 8.142/1990, trazendo uma nova concepção de saúde com seus princípios legais: universalidade, igualdade, integralidade, igualdade, descentralização e participação popular.

No entanto, um novo movimento já se acentua a partir de 1977, originalmente, iniciado por profissionais da saúde, tema discutido na 8ª Conferência de Saúde seguido por familiares e

---

usuários, em que se propunha um tratamento digno, exclusão do asilamento – visto que a privação de liberdade sem qualquer intervenção terapêutica não trazia melhora alguma do sujeito, as práticas constantes e indiscriminadas da técnica de eletrochoque, a lobotomia e a violação dos direitos humanos, fato quase nunca levado em consideração.

Logo surge o Movimento da Reforma Psiquiátrica, ela já havia acontecido na Itália e idealizada pelo médico Franco Basaglia. Como resultado dessa luta, surgiu a Lei 180/1978, instituindo-se o fim dos manicômios e a substituição pelo modelo multidisciplinar, entre outras diretrizes, aprovadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e recomendada como modelo para o mundo todo.

No Brasil, esse movimento de reforma segue os caminhos da redemocratização, com base em todos os dispositivos legais já conquistados na saúde. Ainda que tenha encontrado resistências, aconteceu em 1987 a I Conferência Nacional de Saúde Mental e, em 1990, a Declaração de Caracas, que idealizou uma nova forma de atenção à saúde mental, recomendando o fim dos hospitais psiquiátricos. A II Conferência Nacional de Saúde Mental acontece em 1992, deste evento surge o Movimento de Luta Antimanicomia, composto por profissionais da saúde, ativistas de Direitos Humanos, pacientes e familiares.

Esse movimento segue fortalecido, pressionando o Ministério da Saúde por melhorias, que respondia com portarias, criando no SUS serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos como hospitais-dia, centros de atenção psicossocial e núcleos de assistência psicossocial. A III Conferência Nacional de Saúde Mental aconteceu em 2001, no mesmo ano em que é sancionada a Lei 10.216/2001, com todos os seus artigos, parágrafos e incisos, procurando atender, da melhor maneira possível, aos usuários desse serviço, respeitando a sua subjetividade e condição humana.

Inicia-se, então, o processo da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, visando promover a saúde psíquica dos cidadãos fora dos padrões hospitalocêntricos, primando o cuidado em liberdade e atendendo aos princípios fundamentais do SUS como a universalidade, integralidade, igualdade, descentralização e a participação popular. Criou-se as RAPS (Rede de Apoio Psicossocial) com a Lei 3.088/2011, constituída com sete componentes: atenção básica em saúde, atenção psicossocial especializada, atenção de urgência e emergência, atenção residencial de caráter transitório, atenção hospitalar, estratégias de desinstitucionalização, reabilitação psicossocial.

O processo de desinstitucionalização e redução dos estigmas em saúde mental se deu com a mudança da modalidade na qual estes serviços são oferecidos aos usuários. À vista disso, a Rede de Atenção Psicossocial, através da Portaria 3.088/2011, direciona esforços para garantia do acesso aos serviços, acolhimento, acompanhamento contínuo, articulação e integração do cuidado dos pontos de atenção das redes no território. Ainda, enquanto proposta inovadora, destina ações a evitar que as pessoas exponham-se a fatores condicionantes e determinantes de doenças, isto é, através do processo de educação em saúde, incentiva condutas para qualidade de vida e redução de agravos.

O serviço social, embuído de sua instrumentalidade e sua base ético-política, com o aporte da dimensão teórico-metodológica e o conhecimento que faz o diferencial em sua práxis no espaço sócio-ocupacional da saúde mental, contribui para a equipe multidisciplinar, visto que as questões sociais circundam os cidadãos em sofrimento psíquico dentro do território, na família e na sociedade.

## **Metodologia**

Os CAPS são os grandes articuladores da RAPS, pois é composto de equipe técnica multiprofissional que atua de forma interdisciplinar com sujeitos com transtorno mental moderado, grave e persistente, foi normatizada a partir da Portaria 336/2001, que estabelece três níveis de CAPS, o CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil), CAPS AD (Álcool e outras Drogas) e a partir da Portaria 3.588/2017, o CAPS AD IV atende pessoas com quadros graves

---

e intensos pelo uso de álcool, drogas e crack. Todos atendem às especificidades e às complexidades de cada CAPS. Seguem as orientações para a reabilitação psicossocial:

- O CAPS I atende municípios de 20 a 70 mil habitantes, funciona de segunda a sexta-feira em dois turnos.
- O CAPS II atende a municípios de até 200 mil habitantes, funciona de segunda a sexta-feira em dois turnos, podendo comportar um terceiro.
- O CAPS III atende municípios com população acima de 200 mil habitantes, funciona 24 horas com serviço ambulatorial e leitos de observação.
- O CAPS II atende municípios com cerca de 200 mil habitantes, funciona de segunda a sexta-feira em dois turnos, podendo comportar um terceiro.
- O CAPS AD II atende usuários com transtornos oriundos do abuso de álcool e outras drogas, em municípios a partir de 70 mil habitantes, com atendimento de segunda a sexta-feira em dois turnos, podendo comportar um terceiro, possui leitos de desintoxicação e observação.
- O CAPS AD IV atende municípios com mais de 500 mil habitantes, funciona 24 horas e possui leitos de observação.

De acordo com a legislação, todos seguem as mesmas diretrizes, como a alimentação aos usuários, projeto terapêutico singular, consultas, oficinas terapêuticas, dispensação de medicação, atividades extramuro, atividades em datas comemorativas e alusivas, orientação social com usuários e com famílias, a fim de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, buscando o protagonismo social.

Todos os requisitos que a legislação dispõe foram identificados no CAPS III Renascer. Compõem a equipe: cinco profissionais de serviço social que atuam em dois turnos por escala no período noturno. A atual gestora do espaço, Senhora Leila Cristina da Costa Rodrigues, é assistente social e recebeu a equipe de acadêmicos com o assistente social, Senhor Jesiel Gomes, que, juntos, mostraram a estrutura do prédio, os leitos de observação sobre a rotina no serviço e os instrumentais mais utilizados, destacando a observação como um dos principais instrumentais. Conforme Ruaro et al. (2013 apud MACKAY, 2000, p. 61), “[...] o profissional do serviço social deve ter clareza e segurança na aplicação do instrumento técnico da observação quanto aos objetivos que quer alcançar com tal prática e ter pleno domínio do instrumento”. A escuta é outro instrumental muito utilizado nesse espaço.

[...] ouvir não se trata de um passatempo fácil e descompromissado; exige esforço positivo do indivíduo que pretende se tornar um ouvinte efetivo. Esse esforço, no entanto, será amplamente recompensado, uma vez que esse mesmo indivíduo estará dando a si própria oportunidade total para desenvolver-se como pessoa. Estará demonstrando seu próprio valor e seu respeito pelo próximo, seus pontos de vista, conhecimentos e experiência (RUARO, 2013, p. 62 apud MACKAY, 2000, p. 36).

A escuta é um instrumental fundamental para a mediação das demandas nesse espaço, pois requer um olhar mais humano e específico, para, assim, identificar na fala a compreensão dos fatos ao qual se apresentam no dia a dia. Outros instrumentais utilizados na práxis profissional são a visita domiciliar, acolhimento, encaminhamento de referência e contrarreferência, relatórios, reuniões, assembleias e estudo de caso. Esses instrumentais são utilizados para o acompanhamento dos usuários junto à família.

A Fundação Pública Estadual, Hospital de Clínicas Gaspar Viana, foi fundado em 1987, com 100% SUS para atendimento de retaguarda psiquiatria, cardiologia e nefrologia, a partir de 2001, com a ampliação estrutural, possibilitou um maior atendimento em clínicas médica, cirúrgica, pediátrica, ginecológica e obstétrica. Passou a ser um hospital referência no Brasil,

---

certificado pelo Ministério da Educação e Cultura como hospital de ensino com o Programa de Residência Multiprofissional, no qual o serviço social também é participante com profissionais residentes e profissionais preceptores.

O hospital é a única referência 24 horas, urgência e emergência para atender usuários em franca crise psiquiátrica dos 144 municípios do estado do Pará. Apenas na região do Caeté, que compõem 16 municípios da região do salgado, tem como referência o Hospital de Clínicas de Bragança, dispondo de 20 leitos com repasse do SUS para atendimento de urgência, conta com o serviço de emergência, internato e o SIB (Serviço de Breve Internação), no qual os pacientes podem permanecer até seu pleno reestabelecimento, conforme preconiza a Lei 10.216/2001.

São diversos os transtornos em agudicidade que levam os indivíduos de várias idades (crianças, adolescentes, adultos e idosos) a procurar pelo serviço, por exemplo: depressão, tentativas de suicídio, esquizofrenia, ansiedade, consequências de violências sexuais, entre outros, que podem chegar de forma espontânea, encaminhados de outros serviços da rede, acionando os serviços do corpo de bombeiros, Samu ou por demandas judiciais.

Trinta profissionais atendem no hospital, destes, somente nove na psiquiatria. Os desafios enfrentados pela defesa e garantia dos direitos dos usuários são diários, promovendo e executando políticas públicas, do projeto ético-político da profissão. Seu fazer profissional está em todos os âmbitos desse espaço, a participação efetiva da equipe multidisciplinar e a construção da interdisciplinaridade promovendo a universalidade, preconizada pelo SUS e para o empoderamento das famílias e o protagonismo no acompanhamento terapêutico após a alta melhorada.

Devido à diversidade de demandas diárias, muitos instrumentais são utilizados pelos profissionais, tanto os de apreensão da realidade quanto os de intervenção, como acolhimento, entrevista, escuta, observação, reuniões, assembleias, relatórios, pareceres, encaminhamentos, visitas domiciliares, educação permanente, supervisão e investigação – visto que alguns usuários dão entrada na urgência em franca crise e sem documentos, desconhecidos –, o serviço social busca, com seus instrumentais, acionar a rede de serviços a fim de encontrar familiares. Os assistentes sociais, no âmbito da saúde mental, são fundamentais para a efetiva Reforma Psiquiátrica.

Diante da práxis dos assistentes sociais nessas instituições, a qual mostrou seu trabalho fundamentado no Código de Ética e no Projeto ético-político da profissão, que respondem aos interesses das classes sociais, buscando limites e possibilidades através da instrumentalidade, acionando o profissional na busca das condições de intervenções das questões sociais, criando e recriando o seu olhar no exercício profissional, visando alcançar seu objetivo e mobilizando recursos através de técnicas, instrumentos e mediações. Conforme Guerra (2014, p. 268):

[...] a instrumentalidade do serviço social não se limita ao desencadeamento de ações instrumentais, ao exercício de atividades imediatas, uma vez que porta possibilidades de validação vinculadas ao emergente, para que necessite ser informada por teorias que se referenciem nos princípios ontológicos de constituição do ser social, às quais subjaz um determinado grau de racionalidade que lhe permite aprender a totalidade dos processos sociais e atuar sobre eles.

## **Resultados e discussões**

O assistente social e todo seu conhecimento técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político tem sua posição de destaque no segmento da saúde mental, que carrega o estigma de indivíduos incapacitados para a sociedade que tem em sua instrumentalidade a capacidade de, através de instrumentais que lhe permitem observar, refletir, problematizar, buscar em fontes teóricas a melhor maneira de dar respostas a esses usuários e seus familiares, fazer mediações

---

quando necessário e, apesar de realizar a práxis dentro de limites e possibilidades no cotidiano das instituições, não deixa de participar com suas reflexões, investigações e posicionamentos na formulação de políticas públicas mais abrangentes e eficazes, seguindo o que preconiza o seu código de ética.

A atuação do assistente social em todos esses processos é essencial, pois toda a instrumentalidade da profissão e a utilização de seus instrumentais significam a garantia de seus direitos sociais, tratamento digno, qualidade de vida e redução de danos aos indivíduos e seus familiares. No estado do Pará, a Reforma Psiquiátrica ainda segue a passos lentos ao que preconiza a Lei 10.216/2001, pois ainda preserva um hospital psiquiátrico penitenciário. Os CAPS da região metropolitana não comportam a demanda de usuários, a falta de algumas medicações e profissionais prejudicam o plano terapêutico, as residências terapêuticas também são insuficientes e, com os desmontes dentro da política de atenção à saúde mental, compromete-se os ideais da Reforma Psiquiátrica e o modelo de promoção de saúde mental, aprovado e recomendado como modelo a ser seguido pelo mundo pela OMS.

É nesse cenário, com longa trajetória de negação e violação de direitos e os avanços advindos de luta pelos direitos fundamentais dos seres humanos, que o assistente social está inserido como componente da equipe multidisciplinar, direcionando suas ações privadas e coletivas de forma a preservar seus princípios norteadores do projeto ético-político, consolidados no código de ética, fazendo resistência aos desmontes e violações de direitos, a fim de garantir o acesso dos usuários ao tratamento digno, em liberdade, respeitando a sua singularidade e subjetividade, o fortalecimento de vínculos familiares e a sua convivência comunitária.

### Considerações finais

A partir da abordagem da trajetória da saúde mental no Brasil, pode-se dizer que este processo iniciou-se devido a movimentos sociais em prol do Sistema Único de Saúde e da ampliação de direitos fundamentais e comum a todos. O protagonismo e o envolvimento dos profissionais desta área resultaram em políticas públicas que repercutiram na elaboração de novos modelos de atenção e cuidado às pessoas com desordens psíquicas.

À vista disso, no que diz respeito à conduta profissional junto aos usuários, o assistente social apropria-se de instrumentais como a observação, a escuta, o relatório, o encaminhamento, o acolhimento, a entrevista e a visita domiciliar, além de atuar de modo interdisciplinar no processo de educação em saúde junto aos diferentes níveis de atenção.

### Referências

BRASIL. **Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017**. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Disponível em: <http://bit.ly/2kujVvo>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bit.ly/2mn1yJf>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**. dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://bit.ly/2lXGyso>. Acesso em: 12 set. 2019.

---

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://bit.ly/2mqPO8R>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://bit.ly/2mn1kln>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://bit.ly/2kVnB9F>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRAVO, M. I. S. et al. **Saúde e serviço social.** 2. ed. São Paulo. Cortez, 2006.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do serviço social.** 10. ed. São Paulo. Cortez, 2014.

MACKAY, I. **Como ouvir pessoas?** São Paulo: Nobel, 2000.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar nº 180, de 12 de maio de 1978.** Dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal e dá providências correlatas. Disponível em: <http://bit.ly/2m3BPVX>. Acesso em: 12 set. 2019.